

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

NATÁLIA DUTRA SILVEIRA

**O BNDES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: EXPANSÃO
ECONÔMICA BRASILEIRA SOBRE A AMÉRICA DO SUL**

Porto Alegre

2010

NATÁLIA DUTRA SILVEIRA

**O BNDES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: EXPANSÃO
ECONÔMICA BRASILEIRA SOBRE A AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2010

NATÁLIA DUTRA SILVEIRA

**O BNDES COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EXTERNA: EXPANSÃO
ECONÔMICA BRASILEIRA SOBRE A AMÉRICA DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Estrella Faria

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus queridos pais por me mostrarem que tudo que é feito de coração é alcançável; por nunca me deixarem desistir; por me apoiarem financeiramente e moralmente; e por sempre acreditarem e nas minhas decisões, por mais que lhe custassem a minha ausência. Principalmente, por nunca duvidarem da minha capacidade quando eu mesma não tinha essa certeza. Também ao meu irmão que dedicou seu tempo a revisar todo o trabalho

Ao meu orientador, Paulo Visentini, por ser meu eterno “chefe”, e aquele que, ainda lá no cursinho, me mostrou os encantos desta profissão.

Às companheiras fiéis que ouviram, falaram, choraram, deram o ombro, fofocaram, estudaram e tantas coisas mais que apenas cinco anos de convivência podem explicar: Camila Lumertz, Carla Rossi, Karina Kapel, Maite Albornoz e Niala Pessuto.

Ao Bruno que, desde julho de 2008, aguenta com paciência e carinho meus surtos e incertezas, e ainda enche meus dias de alegria.

A duas amigas que encontrei ao longo do caminho e que já são parte da minha vida: Helena Petersen e Mariela Buonomo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 – Modelo de Diplomacia Triangular
- Figura 02 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior: amortizações de empréstimos
- Figura 03 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior: retornos sobre a participação no capital
- Figura 04 – Composição das exportações brasileiras 2000-2010
- Figura 05 – Demonstração da evolução das exportações brasileiras de acordo com a natureza do produto 2000-2010
- Figura 06 – Evolução do PIB e de seus componentes (% em relação ao 3º trimestre de 2008)
- Figura 07 – Desembolsos e Aprovações 2006-2010
- Figura 08 – Composição dos desembolsos do BNDES de acordo com o tamanho da empresa beneficiada
- Figura 09 – Pacote de Projetos apresentados por CAF e BNDES em 2003
- Figura 10 – Distribuição das operações em 2009
- Figura 11 – Projetos na América do Sul beneficiados por exportações brasileiras financiadas pelo BNDES
-
- Quadro 01 – Relação de acordos firmados no âmbito bilateral com os países sul-americanos
- Quadro 02 – Aspectos comparados da política para as exportações
-
- Tabela 01 – Participação dos Bancos Estrangeiros no total de ativos bancários por país (%)
- Tabela 02 – Número de Projetos Brasileiros Veiculados pelas mídias nacionais
- Tabela 03 – Percentual de desembolsos por modalidade operacional do BNDES
- Tabela 04 – Comparativo entre indicadores do BNDES e demais agências multilaterais presentes
- Tabela 05 – Financiamentos do BNDES destinados aos países da América do Sul

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
BACEN	Banco Central do Brasil
BANDES	Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporación Andina de Fomento
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Comunidad Andina de Naciones
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CINDES	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
EBS	Empresa Brasileira de Seguros
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Encomex	Encontros de Comércio Exterior
FGCE	Fundo Garantidor de Comércio Exterior
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LIBOR	London Interbank Offered Rate
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	North American Free Trade Agreement
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIS	Programa de Integração Social
PROEX	Programa de Crédito à Exportação
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
PT	Partido dos Trabalhadores

Sobeet	Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica
TJLP	Taxas de Juros de Longo Prazo
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	United Nation Conference on Trade and Development

RESUMO

Este trabalho visa à compreensão da forte relação existente entre as diretrizes da política externa brasileira com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A hipótese da pesquisa é que o BNDES teria se tornado, particularmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, um importante instrumento de política externa, sendo uma das principais vias brasileiras de implementação da integração política e econômica na América do Sul. A ação silenciosa das grandes companhias brasileiras e as crescentes taxas de investimento brasileiras nos países vizinhos estariam sendo fomentadas, através da diretriz política e na forma de incentivos econômicos, para a utilização do potencial mercado sul-americano.

Palavras-Chave: BNDES; Política Externa Brasileira; Integração; América do Sul.

ABSTRACT

This research aims at understanding the strong relationship between the guidelines of the Brazilian external policy and the Social and Economic Development National Bank – BNDES (its acronym in Portuguese). The hypothesis of this research is that the Bank would have become, particularly during the government of Luiz Inácio Lula da Silva, an important tool of external policy, being one of the main Brazilian ways of performing the political and economical integration in South America. The silent actions of big Brazilian companies and the growing inversions in neighbouring countries would have been fostered, through the political guideline and shaped in economical incentives, longing for using the potential South-American market.

Key-Words: BNDES; Brazilian External Policy; Integration; South America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AMÉRICA DO SUL COMO FOCO DO GOVERNO LULA	15
1.1. Políticas Para A Integração	17
1.1.1. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana IIRSA	17
1.1.2. União Das Nações Sul-Americanas – Unasul	19
1.1.3. Relações Bilaterais	20
1.2. Diplomacia Triangular ou Paradiplomacia Corporativa	23
1.3. O Movimento Das Agências De Crédito À Exportação	27
2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	23
2.1. Importância Do Setor Financeiro	29
2.2. Dinâmica Das Exportações E Dos Investimentos Brasileiros	29
2.2.1. Investimento Externo	31
2.2.2. Exportações	35
2.3. A Política Comercial Brasileira	38
3. O PAPEL DO BNDES	44
3.1. A Necessidade Do BNDES Para O Desenvolvimento Da Economia Brasileira	45
3.2. As Críticas Ao BNDES	49
3.3. Expansão Pensada: O Escritório Em Montevideo	53
3.4. O Tamanho Do BNDES Frente Às Demais Fontes De Financiamento No Âmbito Da América Do Sul	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE A - PRINCIPAIS PRODUTOS DO BNDES	73
APÊNDICE B - AS MAIORES 500 EMPRESAS DA AMÉRICA LATINA: RANKINGS DO SITE AMÉRICA ECONOMIA.	74

INTRODUÇÃO

Desde sua criação, em 1952, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem sido o principal agente do governo brasileiro para o controle e a distribuição de recursos aos projetos nacionais. Ao longo destas seis décadas, o Banco foi se transformando de acordo com as políticas de cada fase do desenvolvimento do país. Figurou nos anos 50 como base para a substituição de importações, investindo pesadamente em infraestrutura, transportes e energia; nos anos 60, devido a maior abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, o então BNDE direcionou seu apoio também para o setor privado; o milagre econômico da década de 70 só foi possível com a atuação do BNDE e de seus investimentos na indústria de base, tanto por empresas nacionais quanto privadas. Devido às mudanças conjunturais da década de 80 - resultado das crises do petróleo e da elevada dívida externa -, o Banco remodelou-se e ganhou o “S” de Social, atrelando o desenvolvimento econômico à responsabilidade social.

Neste contexto, o BNDES renova sua estratégia de ação e passa a adaptar-se à realidade do mercado. É a partir da segunda metade da década de 80, mas principalmente no início da década de 90, que o Banco passa a conduzir o país ao processo de privatizações, visando assim ao reabastecimento dos cofres públicos, ao aumento da competitividade dos produtos nacionais e ao reaquecimento da economia. Ainda nos anos 90, os investimentos avançam de acordo com as necessidades do mercado e das empresas brasileiras, que gradativamente se expandem e iniciam ou intensificam seus processos de internacionalização. Nota-se, portanto, que o BNDES sempre esteve por trás das principais linhas de atuação econômica do país, o que não é diferente na década de 2000.

De acordo com as necessidades do mercado nacional e internacional, e ainda de acordo com o projeto de desenvolvimento do Estado, priorizam-se setores e processos específicos da economia em cada ciclo econômico: assim foi com a indústria de base e com as privatizações. Nesta nova década, nota-se claramente a estratégia de governo e, conseqüentemente, do BNDES, para a expansão internacional de empresas nacionais estatais, mistas ou privadas em direção aos países sul-americanos e africanos, majoritariamente no setor de infraestrutura, energia e serviços.

A partir do momento em que a integração regional e a inserção econômica mundial tornaram-se uma diretriz a ser almejada pelos governantes, as empresas nacionais (sejam

mistas, privadas ou estatais) passaram a agir também neste sentido. Além do crescimento extraordinário de empresas do setor alimentício e de bebidas (frigoríficos, cervejarias), do setor de calçados e do setor agroexportador – todas estas com apoio de projetos de incentivo do governo e investimentos do BNDES –, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do setor energético e de base figuraram como as principais receptoras de investimentos líquidos. Em consonância com esse fato, nota-se uma gradual *estatização das negociações* e da *diplomacia empresarial*: o governo, com o intuito de aprofundar a integração regional, cria canais abertos entre as empresas nacionais e os países em desenvolvimento – cujas economias ainda são débeis ou pouco competitivas em relação à brasileira. Sob a bandeira da integração e da cooperação, mercados são abertos e desenhados pelo projeto brasileiro.

Nesta nova etapa da política externa brasileira, que começou com Fernando Henrique Cardoso e consolidou-se com Luis Inácio Lula da Silva, baseada principalmente na integração sul-americana, o papel do BNDES é premente para a inserção brasileira nos países envolvidos no processo de integração. Através do apoio direto e indireto do BNDES às empresas brasileiras, o governo deu vida a um *projeto expansionista* baseado na integração física e energética, ampliando o escopo de sua indústria e vinculando diretamente as economias vizinhas à economia nacional.

Este movimento precede a condição de potência regional¹ do Brasil: tanto como guia da integração regional, quanto como gerador e mantenedor de largas assimetrias entre os níveis de desenvolvimento dos países envolvidos. Neste contexto, entretanto, o país perde em credibilidade ao confundir-se com um agente subimperialista, usando-se dos vizinhos para fazer crescer a escala de sua economia e, assim, ganhar mais espaço no mercado internacional. Fábio Bueno e Raphael Seabra explicam o termo “subimperialismo” com base em Ruy Mauro Marini e Cláudio Katz: segundo Marini, o subimperialismo seria a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, desdobrando-se no exercício de uma política expansionista relativamente autônoma e uma dinâmica econômica dirigida por uma composição orgânica média na escala mundial dos sistemas produtivos nacionais, o que

¹De acordo com a semântica adotada por Samuel Pinheiro Guimarães em *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, os “grandes Estados periféricos” caracterizariam as potências médias, ou intermediárias, como países não-desenvolvidos, detentores de dimensões territoriais e populacionais substancialmente expressivas, com grandes potencialidades econômicas e estruturas industriais e mercados internos significativos, tendo assim, como decorrência do desenvolvimento destas potencialidades, a geração de desdobramentos notáveis em sua capacidade econômica e em seu poderio militar. (GUIMARÃES 1999, P 18-23).

não só é acompanhado por uma maior integração do sistema produtivo imperialista, mas também que se mantem sob os marcos da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional. Já de acordo com Katz, outro aspecto importante do subimperialismo é a vigência das alianças capitalistas, tão fortes nos períodos de desenvolvimento da economia interna, agora na condição de burguesias locais, priorizando exportações e a associação com as empresas transnacionais.²

Não será estendida a discussão do termo, tampouco a vasta literatura dedicada ao debate da natureza das ações brasileiras nos países vizinhos. O trabalho visa muito mais elencar e analisar as ações promovidas pelo BNDES do que a natureza da expansão produzida por ele. A análise aqui feita não se coloca integralmente contra ou a favor da expansão brasileira, mas entende que há assimetrias entre os países envolvidos, e que diversos fatores – que são intrínsecos ao sistema econômico mundial vigente – colaboram para a manutenção deste *status quo*, o que não seria diferente no caso do Brasil na América do Sul.

Pretende-se compreender o BNDES como um agente importante, se não imprescindível, neste processo de integração sul-americana. Esta década demonstrou um crescimento dos nichos de atuação do Banco, elevando-o desde o financiamento de empresas puramente nacionais, com vistas ao desenvolvimento nacional, até coordenador político do Plano de Desenvolvimento Industrial, junto à ABDI, e agente de desenvolvimento em países vizinhos. Não se deixará de abordar, entretanto, as duras críticas que vem acompanhando a atuação do BNDES, tanto da sociedade internacional em relação às agências de crédito à exportação, quanto dos agentes sociais nacionais em relação à prioridade dos projetos que recebem o apoio do BNDES.

Assim, o capítulo subsequente tratará das políticas nacionais para a integração sul-americana, focando no papel do Estado brasileiro como liderança regional. Ainda neste capítulo, tratar-se-á da diplomacia triangular posta em prática pelo governo brasileiro, através da qual os setores público e privado se encontram em um único projeto de expansão econômica. Consecutivamente, apresenta-se uma breve explanação sobre a atuação das agências de crédito à exportação no mundo, e a sua importância para a economia mundial.

² BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. 2009.

Em seguida, o capítulo 2 aborda a evolução da economia brasileira ao longo dos governos de Lula, dando ênfase ao setor financeiro (o novo nicho da economia brasileira), dentro do qual as empresas encontraram maiores facilidades para expandirem-se. Também se analisa a evolução dos fluxos comerciais e de investimentos externos brasileiros, os quais também se configuram entre as novidades que a internacionalização das empresas brasileiras tornou viável. Aborda-se brevemente os aspectos mais recentes da política comercial brasileira, a qual vem sofrendo constantes mudanças para atender à capacidade de crescimento das empresas, ainda que adequando os riscos do ambiente pós-crise econômica.

O capítulo 3 dedica-se mais precisamente à análise do papel do BNDES no planejamento econômico do país, tanto para a estruturação do sistema industrial, quanto para os processos individuais de internacionalização das empresas nacionais. Primeiramente, enfatiza-se a necessidade do BNDES para o momento da economia através dos programas de planejamento de longo prazo (Política de Desenvolvimento Produtivo e Política de Sustentação do Investimento). Como levantado anteriormente, o capítulo terá um espaço para as críticas que invadiram a mídia brasileira e internacional acerca das altas cifras liberadas pelo BNDES a grandes empresas (concentração do crédito), dos desembolsos diretos do Tesouro Nacional, do destino de grandes projetos infraestruturais (para países vizinhos, enquanto o Brasil ainda necessita de muito investimento interno), e outros. Imediatamente após, analisa-se a expansão do próprio BNDES, com ênfase em seu novo escritório em Montevideú. Logo após, e fechando o capítulo, analisa-se a ação do BNDES como instituição de financiamento na América do Sul, assim como a dimensão de sua atuação frente às demais fontes de financiamento no continente.

1. AMÉRICA DO SUL COMO FOCO DO GOVERNO LULA

Não há dúvidas de que a política externa brasileira apresentou inflexões decisivas nos primeiros anos da década de 2000. Uma década inteira de abertura econômica e de adaptação ao cenário democrático gerou frutos tanto para a economia do país, quanto para o processo de integração regional, que vinha desenvolvendo-se fortemente desde a aproximação entre Brasil e Argentina no fim da década de 80.

Desde então, a criação e evolução do MERCOSUL, bem como a aproximação do bloco com os países pertencentes à CAN e o Chile, seguiram o rumo da integração sul americana, tornando-se este o espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro.

A demarcação da América do Sul como prioridade foi-se desenvolvendo ao longo da década de 90, quando os Estados Unidos passaram a dar uma maior ênfase à América Central, deixando a América do Sul com um vazio de poder que serviria de espaço de ascensão brasileira (VIZENTINI, 2003). Suas características específicas a distinguiam dos demais pólos emergentes de poder do cenário internacional, apresentando ainda uma contiguidade geográfica que facilitaria a criação de uma agenda comum entre os países envolvidos. Dentro desta zona de interesse, temos dois movimentos distintos, mas paralelos: a integração dos países da Bacia do Prata (via MERCOSUL) e a integração sul-americana (que viria na esteira dos blocos de integração regionais).

O MERCOSUL nasceu da aposta feita pelos tomadores de decisão brasileiros em dirigir seus esforços para os países vizinhos, em um momento em que a crise da União Soviética, as guerras no Oriente Médio e o protecionismo dos países desenvolvidos haviam fechado o mundo para novas relações. Quando, no final da década de 90, o MERCOSUL viu-se em crise (fuga de capitais, desvalorização cambial e desequilíbrio da conta corrente), o bloco passou a agir de acordo com seu objetivo original: servindo de plataforma internacional para os países membros.

Em um quadro de acirramento dos problemas ligados à globalização, o MERCOSUL tem sido, cada vez mais, percebido como um bom instrumento para articular-se uma nova modalidade de inserção internacional dos países sul-americanos. (VIZENTINI, 2003. p. 196)

O governo de Fernando Henrique Cardoso tratou do tema da integração regional como prioridade brasileira. Todavia, outros temas também compuseram a pauta de prioridades de forma tão ou mais urgentes quanto a própria integração: as relações com os Estados Unidos e a Europa, dentro do cerne do movimento de abertura do mercado nacional, ainda eram de extrema importância para o governo (SILVA, 2008). Durante grande período da década de 90, a integração tomou os rumos do MERCOSUL, afinando os objetivos de acordo com seus membros, incrementando o comércio intrabloco, e ainda estendendo seus braços através de acordos comerciais com os demais países da América do Sul.

As tentativas dos Estados Unidos em acercar-se da América do Sul fez com que os países do continente acendessem para esta nova realidade e reagissem no sentido da integração. A ALCA, lançada ainda em 1994, teve suas negociações intensificadas pelo governo norte-americano ao final da década; o Plano Colômbia, lançado em 2000, tendia a ser uma grande ingerência norte-americana no continente. Contrapondo às tentativas dos Estados Unidos em voltar a influenciar diretamente a região, o Brasil sugeriu a ALCSA, ainda em 1993, durante a sétima cúpula do Grupo do Rio. A ALCSA serviria para unir os blocos econômicos regionais (MERCOSUL e Grupo Andino), mais o Chile. Consistindo em uma resposta imediata³ ao NAFTA e às intenções norte-americanas de incitar adesões individuais dos países latino-americanos às suas iniciativas de integração (SILVA, 2008).

A crise do MERCOSUL, anos depois, fez com que a ideia da ALCSA fosse esquecida, ainda que suas bases estejam ainda vigentes. A partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se premente a projeção brasileira para a América do Sul como um todo e, ainda que não sob a mesma sigla, ela teve início com a Cúpula de Brasília. De certa forma, a partir daquele momento, a ALCSA se concretizava por vias transversas (VIZENTINI, 2003)

O diplomata Gilberto Saboia (2003) resume a necessidade de o Brasil fomentar a integração no âmbito sul-americano:

Tornou-se mais urgente desenvolver projetos que compensem o distanciamento dos demais núcleos emergentes e permitam capitalizar os fatores positivos presentes no continente sul-americano: grande espaço territorial dotado de recursos naturais abundantes e diversificados, mercado potencial de 300 milhões, relativa homogeneidade cultural e ausência de conflitos étnicos e internacionais de importância, existência de centros de implantação industrial e financeira capaz de atrair capitais. (SABOIA, Gilberto, 2003. p.214-215).

³ A ALCSA teve seu processo de negociação estendido de dezembro de 1994 a dezembro de 1995, em função de dificuldades técnicas e incompreensões políticas.

1.1. Políticas Para a Integração

Estes últimos 10 anos, que caracterizam a inflexão da política externa brasileira para a ênfase na integração sul-americana, são marcados pela criação de instituições chave para o entendimento da evolução do processo. A IIRSA e a UNASUL são passos largos dados pelos governos sul-americanos em busca da união de forças para sustentar o desenvolvimento nacional de cada um destes países. No entanto, a falta de transparência e de conhecimento popular sobre o projeto da IIRSA e sobre a instância de poder UNASUL fazem delas objetos de estudo ainda mais interessantes no jogo de poder e mercado da América do Sul.

1.1.1. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA

A IIRSA foi concebida no ano de 2000 durante a I Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, em Brasília. Seu objetivo é produzir a integração infraestrutural – com foco em energia, transporte e comunicações – para promover a competitividade das economias sul-americanas de forma sustentável. Na prática, a IIRSA recorta o continente em eixos, tendo em vista o potencial exportador de cada região. Em outras palavras, é um projeto que visa à conexão dos principais centros produtivos sul-americanos aos principais portos do continente, em detrimento, muitas vezes, da integração das estruturas produtivas entre os países sul-americanos (objetivo explícito, por exemplo, do MERCOSUL e da CAN). A Iniciativa é uma resposta dos países sul-americanos ao rearranjo da economia global dos anos de 1990, caracterizada por políticas de ajuste fiscal e pela ideia da ALCA. Apesar de os novos governos serem compostos majoritariamente por representações da esquerda, as políticas neoliberais no âmbito da IIRSA não cessaram, sendo o Brasil um dos grandes apoiadores e financiadores (através de instrumentos como o BNDES) das principais obras de infraestrutura na América do Sul.

A IIRSA é o resultado do novo regionalismo sugerido pela CEPAL e pelo BID, na qual o Estado exerceria o papel de fiscal e promotor das ações no âmbito da Iniciativa, zelando pela proteção da sociedade ao longo deste processo, cabendo às agências regionais de desenvolvimento e à iniciativa privada grande parcela das decisões que estruturariam as ações da IIRSA. Em 2000, quando criada, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, essa divisão de poderes foi implicitamente aceita. Com a eleição de Lula, no entanto, e com sua política de empoderamento do Estado, o país reorienta a IIRSA através de ações que culminariam, posteriormente, na agregação da Iniciativa ao arcabouço político da UNASUL, ou seja, traz esse âmbito de ação para o seio dos Estados. Neste contexto, o presidente Lula indica Carlos Lessa (economista notoriamente desenvolvimentista e nacionalista) para a presidência do BNDES, o que configura como um contraponto ao núcleo neoliberal que seguiu vigente no Ministério da Fazenda e no Banco Central (respectivamente coordenados por Antonio Palocci Filho e Henrique Meirelles).

Através da IIRSA, o Brasil obteria vantagens em dois momentos: primeiramente, uma vez que o Brasil tem o maior território e a maior economia da América do Sul, as melhorias em transporte, comunicação e energia inevitavelmente afetam seu “pedaço” de continente, implicando melhorias diretas para a economia brasileira. Grande parte dos projetos da IIRSA abrange o território e/ou os recursos brasileiros. De outro lado, e o que mais interessa a esta análise, a IIRSA serviu como plataforma para a atuação do BNDES nos países vizinhos, uma vez que institucionalizou um programa de grandes empreendimentos que demandam financiamento de longo prazo, empresas dos ramos de construção civil, energia e outros em processo de expansão e internacionalização, e ainda de um governo perspicaz que consiga utilizar-se de sua diplomacia para manter o símbolo da integração neste contexto de expansão econômica dos agentes econômicos nacionais.

Ao longo dos dez anos de sua existência, a IIRSA perdeu fôlego no que tange à importância conferida pelos governos à publicidade das obras vinculadas a ela. As críticas da sociedade em relação às consequências das grandes modificações produzidas pela implementação dos projetos da Iniciativa fizeram com que a sigla perdesse seu caráter de “promotor do desenvolvimento”. Nesta década, a dinâmica dos financiamentos para os projetos determinados pela IIRSA também sofreram grandes modificações: é possível notar a gradual diminuição de importância de fontes de financiamento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI),

concomitante à ascensão de instituições de financiamento nacionais, como o BNDES e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), da Venezuela. Também os bancos e fundos regionais e sub-regionais ganharam importância nestes empreendimentos. Assim, se em seu início, a IIRSA caracterizava um grupo de países com 80% de todos os empréstimos não liquidados do FMI (McELHINNY, Vince; In: VERDUM, R. 2009), hoje estes países apresentam suas contas mais estáveis, além de contarem com bancos e instituições próprias para o financiamento de seus investimentos. O capítulo seguinte deste trabalho abordará com mais detalhes a dinâmica das instituições de financiamento no âmbito sul-americano.

Se a IIRSA foi a tentativa neoliberal para a integração sul-americana, presenciamos anos depois uma nova jogada política com vistas à integração continental, a UNASUL. A IIRSA segue sendo implementada ao longo de toda a América do Sul, seja através da continuidade dos seus projetos iniciais, seja através de novos projetos e acordos incentivados pela ideia da expansão econômica com vistas ao mercado internacional⁴. Um exemplo de novos projetos nos moldes neoliberais da IIRSA, temos os grandes empreendimentos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), no Brasil, como o aumento de mega-portos e a construção de super-estradas que cruzam o país. Em 2009, todos os projetos da carteira da IIRSA tinham a participação do BNDES em seu financiamento, situação esta que se mantém até então.

1.1.2. União das Nações Sul-Americanas – UNASUL

A UNASUL foi criada a partir da união entre os dois grandes blocos econômicos regionais – CAN e MERCOSUL –, em 2004. Na ocasião, o grupo foi chamado de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), nome que foi modificado a pedidos de Hugo Chávez, em um intento de chamar a atenção para a causa da integração. Soma-se ao grupo o Chile, a Guiana e o Suriname. Conforme a Declaração de Cuzco, a intenção é de seguir os moldes da União Europeia para, dentro de alguns anos, constituir um continente integrado politicamente e, se possível, com a implementação de uma moeda própria. A

⁴ De acordo com Gudynas (In: VERDUM, R. 2009), a IIRSA está perdendo relevância nas estratégias dos novos governos para a integração sul-americana. A avaliação do próprio BID (instituição responsável por gerenciar a IIRSA durante seus 10 primeiros anos) sobre os resultados da IIRSA em seus primeiros 8 anos é negativa, pois não há como afirmar que houve maior integração no continente a partir das obras já feitas, tampouco que haja possibilidade de envolver a sociedade civil neste processo, ou ainda que tenha aumentado a competitividade regional frente aos novos desafios do comércio internacional.

intenção foi aprovada e criou-se a UNASUL em 2008, quando se assinou o seu Tratado Constitutivo.

Dentro destes parâmetros, é possível perceber a UNASUL como uma iniciativa ousada e sem precedentes no continente. Apesar disso, ela ainda possui uma série de limitações políticas que devem ser revistas. O andamento da União é lento e silencioso e pouco se encontra na mídia comum sobre os atuais desdobramentos; as decisões concretas são escassas, e a ênfase das relações sul-americanas, principalmente nas áreas estratégicas de energia e transporte, tem encontrado maior respaldo nas vias bilaterais, ou através dos blocos regionais (CAN e MERCOSUL). Apesar desta lentidão, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano aparece como um grande avanço na integração estratégica através da UNASUL. O Conselho visa à coordenação das políticas para a defesa no continente, além da análise conjunta do cenário de defesa internacional e da cooperação militar em missões de paz.

A política externa brasileira para o continente sul-americano precisa desta base institucional no sentido de firmar um compromisso com a integração. Os governos de esquerda que subiram ao poder desde o início desta década sustentam, em sua maioria, os sentimentos de nacionalismo e desenvolvimentismo que não podem ser ignorados pelos políticos, diplomatas e empresários brasileiros no momento de criar vínculos em quaisquer destas áreas. O subimperialismo brasileiro (se constatado) só poderia ser maquiado através de instituições democráticas, como a UNASUL, que pregam uma governança democrática e integrada.

1.1.3. Relações Bilaterais

Apesar dos esforços dirigidos à promoção de instâncias regionais de poder, o Brasil não deixou de atuar fortemente no âmbito bilateral, pontuando seus interesses de forma sistemática entre seus vizinhos. O presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim estiveram presentes em grandes momentos dos países vizinhos, como nas posses dos atuais presidentes, no envio de missões empresariais e ainda na discussão dos grandes projetos de infraestrutura que pautaram as relações entre os países sul-americanos nesta última década.

Tornou-se praxe que a primeira vigem dos presidentes recém-eleitos fosse ao Brasil (Néstor Kirchner, Pepe Mujica, etc.). O entendimento de que o Brasil é, de fato, a maior economia do continente e ainda o concertador da questão da integração faz com que ele seja procurado pelos demais presidentes em busca de apoio, de parcerias econômicas e de demandas políticas no que tange aos custos da integração. Essa realidade confunde-se quando se trata de países andinos, uma vez que, além do Brasil, a Venezuela de Chavez também demonstra posição de liderança no processo de integração.

Nos últimos anos, o Brasil engajou-se na construção de canais bilaterais de diálogo e cooperação técnica com alguns países, em especial com os vizinhos andinos, com os quais se vislumbra uma futura área de livre comércio a partir da UNASUL, e pra onde o Brasil estrategicamente visa expandir-se, uma vez que as potencialidades destes mercados consumidores são maiores que os do cone-sul (já explorados e regulamentados pelo MERCOSUL). Analisando os principais tópicos abordados nos encontros bilaterais do Brasil, temos a difusão da tecnologia nipo-brasileira de TV digital⁵, além da negociação de financiamentos por parte do governo brasileiro para obras de infraestrutura e energia.

Foram firmados diversos memorandos de entendimento, acordos, mecanismos e convênios. Listo alguns que julgo serem importantes no que tange à expansão da economia brasileira, seja através da intensificação do fluxo comercial, seja pela viabilização de acordos na área de serviços e finanças.

País	Assunto	Data
Argentina	O Presidente Néstor Kirchner inaugura suas viagens ao exterior com visita ao Brasil.	11 de junho de 2003
	Criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC).	01 de Fevereiro de 2006
	Assinatura do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA).	18 de dezembro de 2007
	Visita do Presidente Lula a Buenos Aires com comitiva empresarial.	3-4 de agosto de 2008
Bolívia	Visita Presidencial a Santa Cruz de La Sierra, em que se firma acordo bilateral de perdão da dívida boliviana bilateral no valor atual de US\$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia. Nenhum projeto chegou a ser financiado.	07 de abril de 2004
	Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia.	17 de dezembro de 2007
	Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam Encontro de Fronteira, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguram dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundam as discussões sobre infra-estrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral.	15 de janeiro de 2009
	Realizada, em Brasília, Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira	11 de março de 2009
Chile	Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos.	2004
	Memorando de Entendimento entre a Embrapa e o Instituto de Investigações	2004

⁵ Em 29 de Junho de 2006 foi anunciado o padrão adotado pelo Brasil na transmissão de TV digital. Em abril de 2009, o Peru anunciou oficialmente que adotaria o sistema ISDB-T como o padrão no país.

	Agropecuárias do Chile.	
	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração entre o Ministério das Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Mineração e Energia do Chile.	2006
	Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	2007
	Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis.	2007
	Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	2007
	Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile.	2009
	Visita do Chanceler Celso Amorim a Santiago, na qual foi instalada a Comissão Bilateral Brasil-Chile e assinado Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre.	12 de fevereiro de 2010
Colômbia	Encontro dos Presidentes (21/jun), na I Rodada de Negócios Brasil-Colômbia.	26 de junho de 2006
	Assinados, durante a visita presidencial o Protocolo sobre cooperação econômica e comercial entre Brasil e Colômbia (entre outros projetos).	19 de julho de 2008
	I Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Colômbia.	19 de junho de 2009
Paraguai	Visita do então candidato Fernando Lugo ao PR Lula.	2 de abril de 2008
	PR Lula participa das cerimônias de posse do PR Fernando	15 de agosto de 2008
	Negociações sobre o preço da energia elétrica gerada em Itaipu (revisão do Tratado de Itaipu, de 1973).	2008-...
Peru	O Presidente Alan García lançou em 08/12/2008 pacote de medidas anti-crise, que tem como um dos pilares centrais o aumento do gasto público para reativação da economia peruana.	08 de dezembro de 2008
	Visita do Presidente Alan García, em setembro, para participar da abertura da Semana do Peru em São Paulo.	2008
	Visita do Ministro Hélio Costa a Lima, em fevereiro, com vistas a promover padrão nipo-brasileiro de TV Digital.	fevereiro de 2009
	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.	abril de 2009
Uruguai	Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços.	2004
	Presidente Lula participa da posse do Presidente Tabaré Vázquez.	março de 2005
	Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul.	março de 2006
	O Presidente Lula anuncia a abertura de representações do Banco do Brasil e do BNDES no Uruguai.	dezembro de 2007
	Presidente Lula participa da posse do Presidente José Mujica	2010
Venezuela	Lançamento da Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela. Petrobras e PDVSA intensificam a cooperação na área energética.	13 e 14 de fevereiro de 2005
	Primeira reunião trilateral entre os Presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela, em Montevideú.	01 de março de 2005
	Lançamento da pedra fundamental da refinaria binacional Abreu e Lima, em Suape, Pernambuco, com a presença dos Presidentes Lula e Chávez.	16 de dezembro de 2006
	Visita do Presidente Chávez ao Rio de Janeiro, por ocasião da reunião de Cúpula do MERCOSUL. O Presidente Chávez mantém encontro bilateral com o Presidente Lula. Avança o diálogo em torno da construção do Grande Gasoduto do Sul.	janeiro de 2007
	Memorando de Entendimento sobre a Interconexão Elétrica	27 de junho de 2008
	Carta de Intenções para o Financiamento de Projetos Binacionais Venezuelano-Brasileiros	26 de maio de 2009
	Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos	30 de outubro de 2009
	Memorando de Entendimento sobre a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre	30 de outubro de 2009

Quadro 01 – Relação de acordos firmados no âmbito bilateral com os países sul-americanos
Dados: MRE

* * *

Neste sentido, começa-se a lidar com um ambiente continental multifacetado: a política e a diplomacia passam a agir de acordo com as necessidades do mercado nacional em expansão. A questão da integração passa basicamente pelo gargalo em que se encontrou a economia brasileira após a abertura do país para o capital externo na década de

1990: o crescimento das empresas e o investimento que essas obtiveram demandam maior escala de produção e potencial de inovação para a entrada de seus produtos em novos mercados; a América do Sul é um mercado potencial de fácil acesso e relativamente aberto à influência brasileira; os esforços que começaram lá na década de 60, com a ALALC, passando pela ALADI e o MERCOSUL, seguem seu caminho através da IIRSA, da UNASUL e dos diálogos bilaterais que o governo brasileiro tem criado ou reforçado com seus vizinhos sul-americanos.

Essa realidade foi enfatizada por Lula ainda em seu discurso de posse de 2003. De acordo com o documento,

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. (SILVA, Luiz Inácio, 2003)

1.2. Diplomacia Triangular ou Paradiplomacia Corporativa

Desde a década de 90, após a onda de privatizações ocorrida em grande parte dos países em desenvolvimento devido à ascensão das políticas neoliberais, o público e o privado se confundem nos projetos nacionais. No Brasil, esta mescla mostra-se forte, uma vez que muitas das grandes empresas nacionais são privadas ou mistas, e delas depende a expansão econômica do país, ou seja, a estratégia nacional de expansão econômica e integração política. Sendo assim, a governança também se confunde, uma vez que as empresas mistas e privadas passam a ter, além de seu papel econômico, também o poder político, fazendo parte de muitas decisões que, em outros tempos, concerniriam apenas ao Estado.

[...] os governos precisam negociar com as empresas multinacionais para articularem minimamente uma lógica de governança e tanto as empresas estrangeiras como as domésticas necessitam de alianças corporativas para enfrentar os desafios da economia mundial. (SENHORAS, 2010a)

Tendo em vista este quadro, adota-se a análise da Diplomacia Triangular (ou Paradiplomacia Corporativa) como forma de explicar esta interação entre Governo e Empresas, assim como do teor político de negociações entre empresas, ou ainda do teor econômico, envolvendo empresas privadas, existente em diálogos governamentais.

A questão surge no momento em que os recursos estratégicos se encontram de posse das empresas transnacionais, ainda que em território nacional. Com as privatizações da década de 90, grandes massas de investimentos externos entraram no país, alterando composição acionária das principais empresas, as quais se tornaram cada vez mais estrangeiras. A questão da governança torna-se confusa, neste contexto, considerando que o Estado enfraquecido (em razão do neoliberalismo da década anterior) deixa lacunas em suas políticas públicas, sendo estas lacunas preenchidas pelos atores transnacionais. A lógica de mercado, no entanto, age muitas vezes por meio de políticas injustas e incoerentes com as diretrizes de governo, gerando um tipo de governança paralela, legitimada pela fraqueza do Estado.

A partir deste cenário complexo, cabe ao Estado retomar seu papel de articulador das interfaces público-privada e interna-externa, mesmo que em um contexto caracterizado pela multiplicidade de temas e atores, e ainda pelas visões e interesses conflitantes⁶.

Não se pode negar o fortalecimento do Estado nos anos do governo Lula, em relação aos anos de governo Fernando Henrique, considerando a nova forma de lidar com questão da governança e do papel do Estado nas negociações. Se as empresas transnacionais detem os recursos, o Estado então deve negociar diretamente com elas: são as chamadas alianças corporativas. No momento em que o interesse privado e o interesse público se encontram, o projeto ganha força. Foi assim que, através da concessão de financiamento para as atividades afins ao projeto nacional, o governo criou um vínculo efetivo entre as instâncias pública e privada.

De acordo com Ana Lúcia Guedes (2004), a dependência brasileira à ação das empresas transnacionais é muito forte, o que implica vulnerabilidade externa, uma vez que a ação das empresas em território nacional se faz de acordo com as necessidades de suas sedes, localizadas em países desenvolvidos. Para tratar deste problema, a autora sugere que o poder público imprima esforços não só nas tradicionais políticas de promoção de exportações, mas também em ações conjuntas para a internacionalização das empresas brasileiras e para o acesso destas à tecnologia de ponta. O governo tem a capacidade de buscar informações que não seriam possíveis de obter apenas pelos esforços das instituições privadas, pois dependem da diplomacia entre os próprios governos. No caso brasileiro, o governo, através dos diversos órgãos especializados dentro do MDIC e do

⁶ Cf. GUIMARÃES, 1999, p.144. In. GUEDES, Ana Lúcia, 2004.

MRE, busca informações privilegiadas sobre oportunidades de investimento externo e ainda garante a segurança (risco) dos contratos que venham a ser firmados. Por outro lado, são as empresas que detem grande parte do capital e da tecnologia de ponta, sendo esta a configuração do poder de barganha entre o agente público e o privado. Segundo Eloi Senhoras (2010a),

A maior importância do capital e da tecnologia no sistema capitalista contemporâneo elevou consideravelmente o poder de barganha das empresas multinacionais em comparação aos Estados, principalmente em países em desenvolvimento.

Ademais, de acordo com SENHORAS (2010b), a chamada paradiplomacia corporativa une um “conjunto de ferramentas utilizadas pelas empresas na atuação internacional frente a um ambiente de negócios que é fragmentado, volátil e de risco”. Os governos não seriam dotados, portanto, da variabilidade de características que podem ser encontradas em empresas distintas - por setor da economia ou por técnica de gerenciamento – que as tornam capazes de adequar-se a cada ambiente de negócios. As empresas, no entanto, por maior que seja seu tamanho e capacidade, dependem da máquina estatal para a estabilização dos riscos de seus negócios, para a manutenção das preferências e, muitas vezes, para a concessão de privilégios e facilidades burocráticas.

De um lado, a ação paradiplomática de empresas por meio de estratégias de extroversão transnacional no âmbito regional e multilateral pode ser considerada como o resultado de uma ação estratégica de grupos empresariais privados para fortalecerem sua capacidade competitiva em um ambiente marcado pela crescente abertura de mercado. De outro lado, a internacionalização empresarial é o reflexo de uma reorganização industrial propiciada pelas ondas de reforma do Estado e pelos programas de privatização que se difundiram em muitos países por meio da transferência de propriedade de empresas estatais para grupos internacionais privados. (SENHORAS, 2010a)

É possível inferir que, nestes últimos anos, o Brasil vem retomando o papel de articulador da economia, tomando as rédeas das negociações e guiando o investimento privado para as áreas e regiões que mais lhe interessam. São destaques neste envolvimento as ações da APEX, no sentido de capacitar o empresariado brasileiro, assim como de guiar a economia para a internacionalização pensada, considerando as oportunidades presentes nos países vizinhos e as necessidades de expansão econômica que condizem com a expansão do projeto brasileiro, e também considerando a abertura que ocorre por meio das obras de infraestrutura e energia promovidas pelo próprio governo brasileiro em outros países com vistas à expansão de setores da indústria já consolidados em território brasileiro.

Afinal, em 2004, quando foi escrito o artigo de Ana Lúcia Guedes, já se receitava a internacionalização das empresas nacionais como estratégia de desenvolvimento e de retomada do controle do governo sobre a governança dos recursos econômicos, naturais e sociais. Hoje em dia, nota-se que este receituário está sendo seguido à risca.

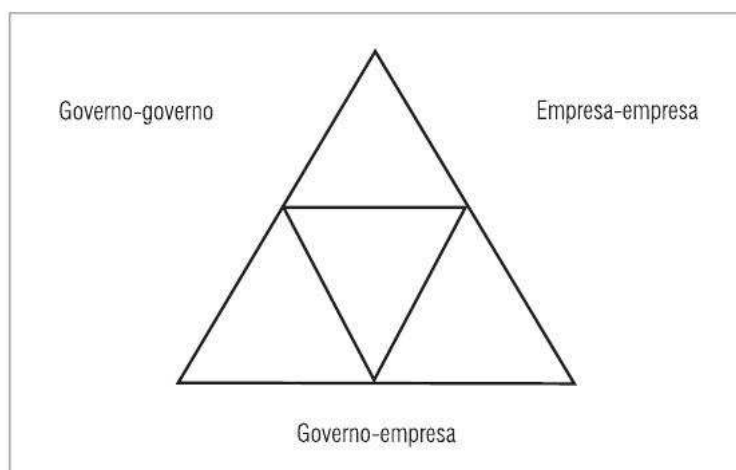


Figura 01 - Modelo de Diplomacia Triangular
Fonte: Stopford & Strange, 1991. In: GUEDES, Ana Lúcia, 2004.

Não há dúvidas de que a instância política capaz de criar este diálogo triangular é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, junto aos seus braços mais importantes: o BNDES, a ABDI e a APEX. Segundo matéria do Estado de São Paulo⁷, seis instituições federais teriam expandido suas atividades para fora do país a partir de 2003, a reboque da estratégia de governo de Lula: “a ordem de Brasília é a internacionalização. Além do BNDES, também a EMBRAPA, a Fiocruz, a ABDI, a CEF e o IPEA vem experimentando saltos tímidos ou não para o exterior. O embaixador Roberto Jaguaribe, em entrevista na mesma matéria, diz que “a internacionalização de instituições federais é reflexo do aumento do comércio do Brasil com o mundo em desenvolvimento e a inexistência de canais fluidos e consistentes de cooperação com esses países”. Sejam eles reflexos ou trampolins, o movimento de internacionalização denota o esforço da política externa brasileira em tornar-se cada vez mais atuante principalmente nos países do eixo sul-sul.

⁷ MARIN, Denise Chrispin. Artigo "Brasil amplia presença internacional para reforçar política externa Sul-Sul" (O Estado de S. Paulo, 06/12/09). Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/artigo-brasil-amplia-presenca-internacional-para-reforcar-politica-externa-sul-sul-o-estado-de-s.-paulo-06-12>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

Não obstante, a retomada do papel do Estado na articulação do mercado é sempre cerceada de críticas. A revista *The Economist*⁸, por exemplo, criticou a postura de Lula, afirmando que o Brasil estaria “novamente se apaixonando pelo Estado”, alegando inclusive as declarações da então presidente Dilma Roussef sobre o bom desempenho dos bancos nacionais Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil em comparação com o norte-americano Lehman-Brothers. O cerne da questão trazida pelo *The Economist* seria o perigo de o Brasil esquecer-se do *sucesso* das privatizações, voltando àquele “socialismo fora de moda” a que se atinha o PT antes de Lula chegar à presidência. Para tanto, a revista cita os exemplos de bancos brasileiros privados que sobreviveram à crise sem necessitar de aportes do governo.

1.3. O Movimento das Agências de Crédito à Exportação

Para adiantar a discussão sobre o papel do BNDES na economia brasileira atual, recorre-se à trajetória das Agências de Créditos à Exportação no mundo, pois é na condição de exportador de créditos, e de financiador do comércio exterior brasileiro, que o BNDES contribui com a política econômica externa. O Brasil não é o primeiro país a adotar instituições públicas para o fomento de sua economia no âmbito externo: de acordo com Ricardo Sennes, o primeiro programa de apoio à exportação foi oferecido no ano de 1906 pela financeira Federal of Switzerland (privada). Três anos depois, em 1909, o Reino Unido teria o primeiro programa público de crédito à exportação, através do qual oferecia-se seguro de crédito e financiamento às exportações com prazo de até seis anos e juros de 1% acima dos cobrados pelo Bank of England. (SENNES, Ricardo, 2007. *Apud*: CATERMOL, Fabrício, 2008).

Por tratarem-se estes dos anos imediatamente após a revolução industrial, em um contexto de maior liberalização comercial, conjugam-se os fatores chave para haver um impulso ao comércio exterior: produção em larga escala e gargalos das economias nacionais. Foi assim que, precedidos pela Inglaterra, outros países da Europa passaram a fomentar sua indústria no sentido da internacionalização (foi o caso de Bélgica, Dinamarca, Holanda, Finlândia, Alemanha, Áustria, Itália, França, Espanha e Noruega). A primeira guerra mundial e os estragos promovidos nas economias nacionais foi mais um

⁸ **Falling in love again with the state.** *The Economist*, 31 mai 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/15816646>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

fator a incorporar o agente público na promoção da economia. Já nos países em desenvolvimento, o México foi o primeiro a criar sua agência de créditos a exportação, em 1937; na década de 1950, grandes economias como Índia e África do Sul passaram a contar com suas próprias agências.

Nas décadas seguintes, e devido aos novos desafios da economia internacional, a demanda pelo agente público não era mais pelo financiamento em si – pois havia liquidez no mercado internacional –, mas sim pela oferta de seguros e garantias tão necessárias em um contexto dúbio, como aquele vivido na década de 1970 com as crises do petróleo. Sobre os riscos, Fabrício Cattermol (2008) faz uma diferenciação entre o risco comercial (inerente a qualquer atividade econômica) e o risco político ao qual um exportador pode se comprometer.

O risco comercial reflete a possibilidade de o importador se tornar insolvente e não pagar os contratos assumidos com os exportadores. O risco político reflete a impossibilidade da remessa de divisas do importador para o exportador em decorrência de ações (deliberadas ou não) do governo do país daquela empresa, tais como restrições no mercado cambial, moratórias ou declarações de guerra. (CATERMOL, Fabrício. 2008, p.9).

Considerando o contexto político latino-americano, entende-se que a opção do governo brasileiro em manter relações mais intensas com os países vizinhos – muitas vezes sob regimes esquerdistas propensos a mudanças drásticas em suas economias – torna a demanda pela segurança sobre os investimentos privados uma necessidade. O risco político não pode ser coberto apenas pelos agentes privados, e assim se retorna ao debate da diplomacia triangular e da necessidade das relações diplomáticas saudáveis entre os países em desenvolvimento para a criação e /ou manutenção de bons níveis de comércio. Não apenas na negociação das trocas comerciais, mas também na recuperação de possíveis perdas por inadimplências decorrentes do risco político são mais facilmente contornáveis através das agências públicas, uma vez que estas podem, por exemplo, agrupar todos os seus créditos e negociá-los pela via diplomática. Essa condição fica mais evidente quando tratamos dos países africanos com os quais o Brasil apresenta forte influência comercial: os investimentos de grandes empresas de serviços de engenharia, cadeias de mercado e obras foram guiados (alavancados e conduzidos) pelo engajamento do Itamaraty e do presidente em visitar governantes, perdoar e renegociar dívidas, e ainda fortalecer laços culturais e acadêmicos paralelamente ao avanço econômico.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Importância do Setor Financeiro

Como vimos no primeiro capítulo, a expansão da economia brasileira, aqui focado na América do Sul, é um processo característico dos últimos dois governos, e mescla os interesses privados em aumentar a produção através de novos mercados e os interesses públicos em dar prosseguimento ao processo de integração política, social e econômica regional. Neste escopo, o setor financeiro tem o papel de dar condições às empresas (nacionais públicas e privadas) para investir fora do país.

No âmbito da integração infraestrutural, por exemplo, os últimos anos tem sido marcados por ações que mostram a “preocupação do setor privado e dos governos da região em expandir suas atividades comerciais e criar mecanismos de maior integração financeira” (SANTANA, C. H.; KASAHARA, Y., 2006, p.2). Temos, portanto, que a integração requer uma economia mais forte e em crescimento. Para tanto, o mercado de créditos precisa ser generoso. O crédito para grandes empreendimentos historicamente adveio de instituições financeiras internacionais como o BID e o FMI, pois apenas grandes instituições tinham capacidade de arcar com os riscos de investimentos em países ainda em desenvolvimento e com instituições financeiras precárias, como era o caso das nações sul-americanas na década de 1990.

Tendo em mente esse movimento de integração financeira na América do Sul, temos um quadro financeiro nacional que merece análise própria, afinal, foram os grandes grupos brasileiros que protagonizaram a expansão no continente.

Considera-se marco o ano de 1999, quando são adotados a âncora fiscal, a flutuação da taxa de câmbio e o regime de metas de inflação, responsáveis por manter o equilíbrio macroeconômico que sustenta as operações ousadas de internacionalização que presenciamos hoje (CUNHA, P. V., in: SENNES & ZINNER, 2009), A partir destas

reformas, e contando com uma economia mais estável e com menor risco, o país passou a buscar oportunidades de investimentos fora de seu território. Associando estas reformas ao fortalecimento do setor privado ao longo da década de 90 (com a entrada de investimento externo) e ainda com a rápida inflexão da balança comercial, que passou de um déficit de 1% do PIB para um superávit de 3% do PIB entre 1997 e 2001, temos um quadro distinto dos demais países vizinhos que nos torna aptos a protagonizar o movimento de integração financeira.

Um fator importante desta diferenciação entre o sistema financeiro brasileiro e de seus vizinhos é o fato de que, nos anos 80 e 90, grande parte dos bancos nacionais destes países sofreram fortes desnacionalizações, sendo comprados e administrados por grandes conglomerados internacionais. O quadro abaixo demonstra que, enquanto o Brasil mantém grande parte de seus bancos sob controle dos agentes nacionais, enquanto os demais países abrem sua economia e perdem o controle sobre seus bancos.

Tabela 02 – Participação dos Bancos Estrangeiros no total de ativos bancários por país (%)

	1990	1994	1999	2000	2001
Argentina	10	18	49	49	61
Brasil	6	8	17	23	29
Chile	19	16	54	54	62
Colômbia	18	6	18	26	34
México	0	1	19	24	90
Peru	4	7	33	40	61
Venezuela	1	1	42	42	59

Fonte: Moguillansky, Stuart e Vergara (2004) In: SANTANA, Carlos Henrique; KASAHARA, Yuri (2006). Dados: Banco Central do Brasil (2005).

Os autores deste estudo demonstram ainda que o Brasil, em 2005, teria apenas 21,9% de ativos bancários administrados por bancos estrangeiros, ou seja, houve um movimento de nacionalização dos bancos brasileiros, o que por si só sugeriria um fortalecimento dos mesmos. Isso se deve ao patamar de desenvolvimento da economia nacional, pois, assim como já citado anteriormente, o avanço promovido pela abertura dos anos 90 fortaleceu de tal forma as empresas brasileiras que estas, já em estágios avançados de sua internacionalização, demandam crédito para exportação, inovação e expansão. De acordo com Paulo Cunha (in: SENNES & ZINNER, 2009, p.51), a produção brasileira hoje “já é de tal escala e natureza que ela é realmente destinada ao mercado global e, portanto, em condições que geram um superávit comercial nessa atividade”.

Sabe-se, então, que as empresas brasileiras contam com o melhor mercado de capitais do continente sul-americano, o brasileiro, e também que a produção nacional encontra-se já em plena expansão e ainda com crédito disponível tanto por vias públicas quanto privadas. Em PEREIRA (in: SENNES & ZINNER, 2009), são explicados três fatores despercebidos que moldam esse cenário. Primeiramente, ela cita a reforma do sistema de pagamentos de 2002, que tornou “toda a negociação eletrônica, toda a infraestrutura de compensação e toda a liquidação de custódia foram beneficiados”, dinamizando as relações de pagamentos. Deste fator deriva-se a possibilidade de introdução de novos produtos nas pautas comerciais, de inovação e de obtenção de créditos mais facilmente por pequenas e médias empresas no sistema bancário nacional. Em seguida, Cristiana aponta o marketing externo do mercado financeiro brasileiro como um potencial articulador e chamariz de investimentos. O BEST (Brazil Excellence in Securities Transactions) é uma iniciativa tanto do setor privado quanto do próprio Banco Central, através da Comissão de Valores, para expor a nova postura do mercado de capitais brasileiro. Em suas palavras, “um dos resultados importantes desse processo todo de mudança é o crescimento, ou a revitalização, do mercado de capitais como instrumento de captação de recursos para empresas” (PEREIRA, C. in: SENNES & ZINNER, 2009, p.65), O terceiro e último ponto ressaltado pela autora é o movimento de fusões e aquisições em que protagonizam as empresas brasileiras. Segundo a autora, a aquisição de empresas estrangeiras por empresas brasileiras teria superado a compra de empresas brasileiras por estrangeiras.

Ainda em relação a este movimento de aquisições e fusões, tem-se um mercado de ações (recorrentemente, ações são moedas de troca utilizadas nos processos de aquisição e fusão de empresas) fortalecido, no qual as empresas brasileiras cada vez mais passam a participar. Neste movimento de capitalização, geralmente paralelo ao processo de internacionalização, a adoção de novas práticas administrativas e gerenciais é propiciada, impulsionada pela competição com as grandes empresas estrangeiras. Comparativamente aos países da América do Sul, o mercado de capitais brasileiro é potencial em tornar-se um centro para financiamento de empresas no continente.

2.2. Dinâmica das Exportações e dos Investimentos Brasileiros

A análise da evolução das exportações brasileiras, assim como dos investimentos externos brasileiros, mostra em dados os resultados da política econômica que vem sendo implantada pelo governo Lula desde 2002. Não se exclui desta breve análise, entretanto, o impacto do câmbio e da crise econômica de 2009, os quais afetaram os padrões de evolução das trocas internacionais. Ainda assim, a tendência é clara para o aumento dos incentivos governamentais e para o aumento da capacidade de investimento das empresas brasileiras, além de um processo de internacionalização corrente e rápido das mesmas.

2.2.1. Investimento Externo

O investimento externo brasileiro demonstrou crescimento nos últimos anos, conforme dados do Banco Central. De acordo com dados do IPEA, até setembro de 2010, os investimentos brasileiros diretos já haviam apresentado aplicações líquidas de US\$64 milhões. Além do aumento do investimento, os retornos tem aumentado consideravelmente, chegando a US\$1,3 bilhão de retornos líquidos intercompanhias concedidos ao exterior (UNCTAD, World Investment Report, 2010). A UNCTAD salienta que estes números são resultado de um conjunto de fatores que vão desde a moeda nacional valorizada até a perda de valor das empresas estrangeiras em decorrência da crise de 2009. Nesse contexto, como veremos a seguir, a principal atividade de investimento das empresas brasileiras nos países sul-americanos tratou-se da aquisição de empresas estrangeiras. A UNCTAD inclusive destacou o papel da estabilidade econômica do país e o envolvimento do governo com a questão da concessão de crédito e auxílio aos processos de internacionalização das empresas nacionais para esse avanço sobre o subcontinente. (ALVES, Rodrigo, 2010).

Aponto aqui os dados do IPEA para os retornos sobre os empréstimos concedidos intercompanhias ao longo dos anos, uma vez que esta é uma relevante forma de entrada de recursos ao país, e ainda os retornos sobre as participações acionárias em empresas no exterior, representando ambas que, afinal, o investimento realizado nos últimos anos teve êxito e está gerando lucros para o país hoje.

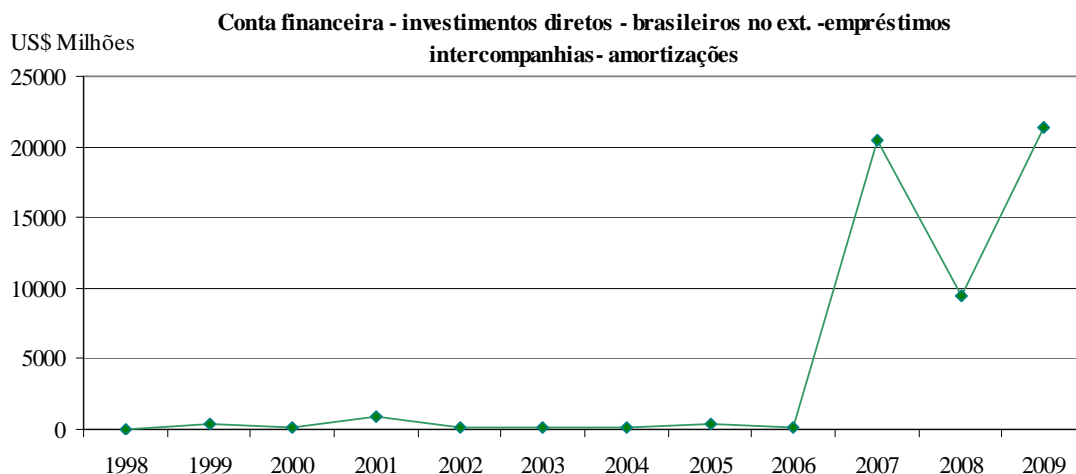


Figura 02 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior: amortizações de empréstimos intercompanhias
Dados: IPEA Dados

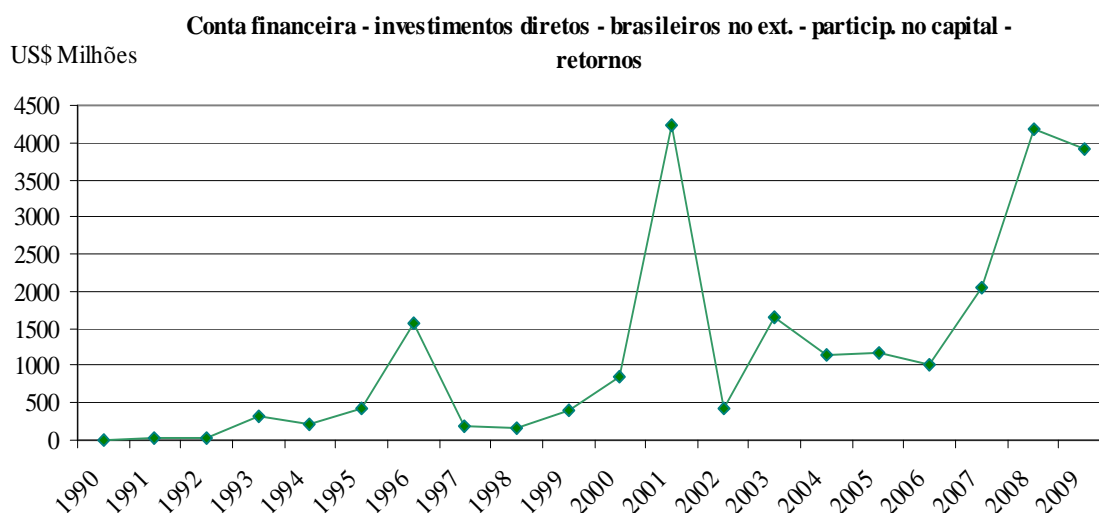


Figura 03 – Investimentos Diretos Brasileiros no Exterior: retornos sobre a participação no capital
Dados: IPEA Dados

No que tange ao primeiro gráfico, relativo às amortizações de empréstimos, Carlos Eduardo Freitas (ex-diretor do Banco Central) explica que, “nesse caso, se houve retorno, é sinal de que os projetos fora do país com os recursos dos empréstimos deram certo”⁹.

ALVES (2010) completa sua análise sobre o relatório da UNCTAD salientando que “os esforços realizados no âmbito do aparelho estatal brasileiro com foco em políticas

⁹ OLIVEIRA, Kelly. **Expansão do investimento brasileiro no exterior foi contida pela crise financeira**. Agência Brasil, 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/noticia/expans%C3%A3o-do-investimento-brasileiro-no-externor-foi-contida-pela-crise-financeira>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

industriais e comerciais” são a base para o crescimento dos investimentos externos, e ainda que

Os dados da UNCTAD direcionados para a América do Sul demonstrará ao pesquisador a crescente importância adquirida pelo Brasil e suas transnacionais desde o ano de 2004 neste espaço. Em outros termos, na região, cada vez mais os dados de cada país sobre os investimentos externos diretos entrantes serão influenciados pelos recursos oriundos da economia brasileira. [...] faz-se importante citar a relevância do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de aquisições por empresas brasileiras de grupos em outros países da região. Caso pioneiro foi a compra da empresa argentina Swift pela brasileira JBS Friboi na ordem de US\$ 200 milhões em 2005. O relatório demonstra que o BNDES já concedeu créditos de 8 bilhões de dólares para empresas brasileiras intensificarem suas ações internacionais, em especial nos setores de construção civil, energia, mineração, bens de capital e agronegócio. (ALVES, Rodrigo. 2010)

A análise com base nos dados da UNCTAD, no entanto, não é exata. Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima, não há como saber exatamente o destino dos investimentos brasileiros, pois nem sempre o dinheiro é aplicado diretamente em seu destino final; muitas vezes as empresas brasileiras enviam os recursos para paraísos fiscais e, dali, para os destinos finais¹⁰. Da mesma forma, o Banco Central tampouco pode oferecer dados concisos acerca do tema. É por este motivo que, apesar de a mídia veicular todos os dias diversos projetos, em realização ou ainda em fase de projeto, com recursos brasileiros na América do Sul, ainda assim a soma de seus custos não fecharia com os dados oficiais do governo brasileiro.

Tendo em vista esta impossibilidade de calcular os dados reais, o CINDES (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento) criou uma metodologia de coleta de dados para a melhor aproximação dos dados com a realidade dos investimentos brasileiros na América do Sul e México. De acordo com o estudo, “Os dados do BACEN subestimam os fluxos de investimento já que muitas das operações são realizadas utilizando estoques de recursos já enviados anteriormente para o exterior”¹¹. Criou-se então o IndexInvest Brasil – Índice de Investimentos na América do Sul e México, um banco de dados baseado nas informações veiculadas pelas mídias dos países receptores dos recursos brasileiros que apresenta o número de projetos por país desde o ano de 2007, além do custo do projeto sempre que este esteja disponível.

¹⁰ Ibid.

¹¹ CINDES. **Índice de Investimentos Brasileiros na América do Sul e México**. Disponível em <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=16>. Acesso em: 12 out. 2010.

Assim, chegou-se à tabela seguinte, onde constam os projetos realizados ou anunciados em cada um dos países listados:

Tabela 02 – Número de Projetos Brasileiros Veiculados pelas mídias nacionais

	2007	2008	2009	2010
Argentina	9	7	12	6
Bolívia	-	-	-	1
Chile	5	6	4	2
Colômbia		12	2	4
Guiana	-	-	-	1
México	6	3	5	2
Paraguai	-	-	3	1
Peru	1	6	3	5
Uruguai	6	8	4	3
Venezuela	2	1	3	1
Total	29	43	36	26

Dados: IndexInvest Brasil

Os próprios organizadores do IndexInvest Brasil alertam para a possibilidade de erros nos valores veiculados pelos projetos; ainda assim, a Argentina é claramente o maior receptor de investimentos brasileiros, principalmente pela natureza dos projetos apontados e pela modalidade dos mesmos: 16 dos 35 projetos no país são através de aquisições.

Ao longo destes três anos de recolhimento de dados, constatou-se que 50% dos projetos realizados ou anunciados são aquisições de empresas, enquanto greenfields e ampliações abarcam 17% das operações, cada uma. A constituição de joint-ventures abarca 8% dos projetos.

O país que mais recebe projetos é a Argentina, com 34% dos projetos listados, seguido de Chile (24%) e Uruguai (17%).

Até outubro deste ano, o CINDES já havia contabilizado 81 projetos anunciados e 89 realizados.

2.2.2. Exportações

A política comercial do governo Lula demonstrou resultados mais facilmente de serem mensurados através do aumento substantivo das exportações, mas principalmente pela mudança do valor agregado das exportações ao longo do tempo.

Apesar de os produtos básicos ainda comporem a principal parcela das exportações brasileiras (minério de ferro e soja, para exemplificar os produtos mais exportados), os produtos manufaturados ou semi-manufaturados (industrializados) exportados pelo país tem apresentado maior valor agregado. Em outras palavras, a indústria brasileira tem investido mais em inovação, alcançando patamares de qualidade mais altos e competindo mais fortemente em mercados antes não explorados.

Outros fatores também são importantes ao analisar a evolução das exportações nos anos recentes: o câmbio valorizado do pós-crise, por exemplo, explica boa parcela deste aumento em valor das exportações.

Nos gráficos a seguir, ilustra-se a evolução das exportações nos últimos dez anos de acordo com a natureza dos produtos exportados.

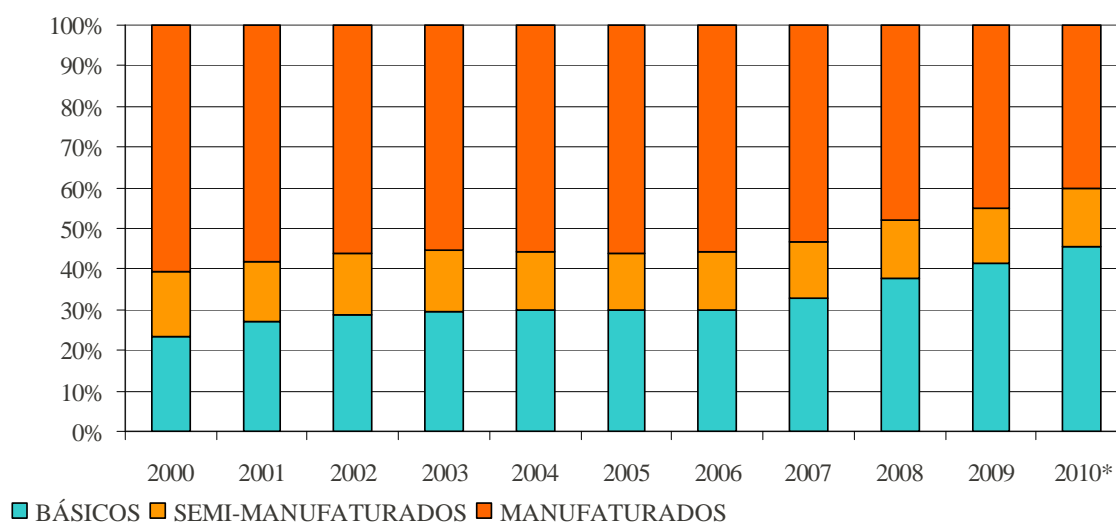


Figura 04 – Composição das exportações brasileiras 2000-2010

Dados: MDIC/Secex

Observação: Os dados para o ano de 2010 abrangem o período de janeiro a setembro.

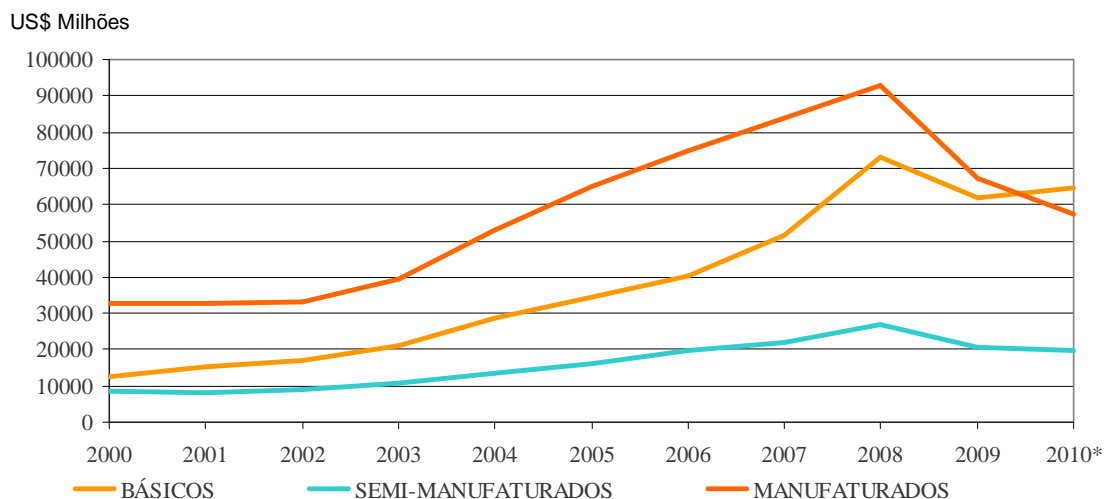


Figura 05 - Demonstração da evolução das exportações brasileiras de acordo com a natureza do produto 2000-2010

Dados: MDIC/Secex

Observação: Os dados para o ano de 2010 abrangem o período de janeiro a setembro.

Infere-se destes gráficos que a participação dos produtos manufaturados tem aumentado significativamente, à exceção dos últimos dois anos, em razão do aumento dos preços das commodities, valorização do câmbio e conseqüente aumento das exportações de produtos básicos. Aliado a estes fatores, tivemos a crise financeira mundial em 2008-2009, o que caracteriza a inflexão do segundo gráfico para a diminuição do valor das exportações de produtos industrializados.

Tendo em vista estes dados, encontram-se argumentos em dois níveis para a implementação e manutenção das políticas industriais do atual governo: de um lado, a política industrial de aumento do crédito e dos investimentos fomentou a inovação e o movimento de internacionalização dos produtos brasileiros; de outro lado, foi esse salto qualitativo da produção brasileira, fomentado em grande parte pelo governo, que permitiu ao país contornar a crise com certa rapidez e, já neste ano de 2010, demonstrar a volta do crescimento das exportações e o seguimento da política de fomento à inovação e internacionalização de seus produtos.

De acordo com a publicação semestral do BNDES acerca do comércio exterior brasileiro¹², o ano de 2010 apresentou forte expansão em vários segmentos de bens duráveis, principalmente no setor de transportes (para o qual o principal comprador é a

¹² BNDES. **Sinopse Internacional**. Rio de Janeiro, n. 14, Out. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/institucional/publicacoes/consulta_expressa/tipo/sinopse_internacional/>. Acesso em: 01 nov. 2010.

Argentina). De janeiro a setembro deste ano, as vendas externas de automóveis teriam crescido 43% em relação ao mesmo período do ano passado, representando a principal categoria de manufaturados e contabilizando em torno de US\$ 3,2 bilhões. A publicação ainda aponta para o crescimento positivo das exportações de bens de capital (11,5%) e dos bens duráveis (34,3%) em contraponto à estabilidade das exportações de bens de consumo não duráveis e combustíveis, explicando que, em se tratando de quantidades – e excluindo assim o fator câmbio -, foram os produtos mais sofisticados que apresentaram crescimento mais significativo no comércio exterior brasileiro. A Argentina também é tradicionalmente o país que mais importa bens de capital brasileiros, contabilizando US\$5,9 bilhões (mais da metade do total de US\$11,2 bilhões).

Outra pauta importantíssima do total exportado pelo Brasil é composta pelos serviços de engenharia e arquitetura. Esta modalidade não apresentou oscilações negativas durante a crise, e seguem crescendo no pós-crise, muito em razão de estes serviços estarem vinculados a obras de infraestrutura de longo prazo. Assim, desde o início das obras da IIRSA, em 2000, a modalidade vem apresentando altos índices de receitas para o país, somado ainda às muitas obras realizadas pelas empreiteiras brasileiras no continente africano.

2.3. A Política Comercial Brasileira

Passados os principais efeitos da crise financeira e a grande preocupação em recuperar as bases da economia brasileira rapidamente, a política comercial volta-se novamente a preocupar-se com o incremento da competitividade das empresas brasileiras. Segundo Luciano Coutinho, em apresentação coletiva em agosto de 2010, apenas as exportações não teriam retornado ao patamar pré-crise.

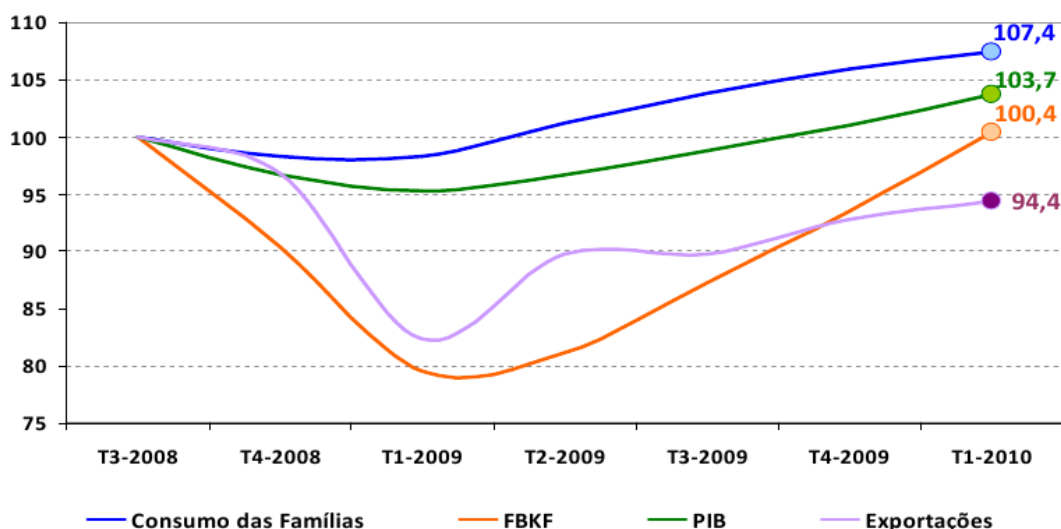


Figura 06 – Evolução do PIB e de seus componentes (% em relação ao 3º trimestre de 2008)
 Fonte: IBGE (dados APE/BNDES). Dados com base em 3T/2008=100.

As medidas tomadas vão desde a desoneração dos tributos para a exportação, até a ampliação da cobertura dos programas de financiamento e das principais linhas de crédito.¹³

No âmbito dos programas de financiamento, a CAMEX aumentou em fevereiro de 2009 a abrangência do PROEX para exportadores com faturamento bruto anual até R\$600 milhões; o COFIG dobrou o valor máximo de gastos com equalização das taxas de juros nos créditos às exportações, ficando em US\$20 milhões para operações intercompanhias; a CAMEX ainda implementou linhas de crédito do PROEX para operações pré-embarque direcionadas às pequenas e médias empresas. Segundo Edson Lupatini¹⁴, Secretário Nacional do MDIC, só em 2009, os serviços de engenharia e arquitetura responderam por R\$5,7 bilhões nas receitas do país. Os principais atores deste processo seriam as multinacionais brasileiras Vale do Rio Doce, Petrobras, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, entre outras. Ainda de acordo com o Secretário, o comércio de serviços teria crescido, apenas entre 2005 e 2008, o dobro do comércio de bens e produtos, e a previsão é de que o crescimento ultrapasse os 20% ao ano a partir de 2011. Importante salientar que o destino destas exportações são, basicamente, América Latina, África e Estados Unidos.

¹³ CINDES (2010b)

¹⁴ FARIELLO, Danilo. **Engenharia fora do país puxará exportações de serviços este ano**. Portal IG Economia, 28 set. 2010. Disponível em: <www.economia.ig.com.br/engenharia+fora+do+pais+puxara+exportacoes+de+servicos+este+ano/n1237777475479.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

No que tange diretamente ao BNDES, reduziu-se de 12,05% ao ano para 4,5% ao ano os custos das linhas de financiamento pré-embarque. Para as linhas pós-embarque, passou-se a utilizar a LIBOR ou “outra remuneração prevista em lei”. Apesar de esta medida ser temporária (anunciada em nove de julho de 2009, vigoraria até 31 de dezembro do mesmo ano), foi prorrogada para final de 2010. Esta medida faz parte do PSI – Programa BNDES de Sustentação das Importações¹⁵, que reduz os juros para o setor de bens de capitais e ainda possibilitou o crescimento de 299% nos desembolsos do Cartão BNDES (apenas até novembro de 2009), contemplando as pequenas e médias empresas e triplicando o número de operações com as mesmas.

Em maio de 2010, o governo lançou o Plano Nacional de Exportações, um pacote de competitividade com diversas medidas destinadas à área de comércio exterior. A preocupação do governo estava relacionada ao baixo desempenho da balança comercial brasileira, a qual obteve seu menor saldo para o mês de abril desde 2002. O pacote visa:

- Priorizar produtos nacionais para as compras governamentais;
- Tributação normal (não mais reduzida) a autopeças importadas, estimulando assim a produção nacional;
- Devolução em até 30 dias de 50% dos créditos de impostos (PIS, Cofins e IPI) aos exportadores;
- Ampliação dos limites de faturamento para abranger mais micro e pequenas empresas no Simples (anteriormente, empresas que já iniciaram suas exportações não podiam mais gozar dos benefícios do Simples Nacional), entre outros.

Além das medidas tributárias, o pacote ainda cria o EXIM Brasil e a Empresa Brasileira de Seguros (EBS), o Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE) e o Fundo Garantidor de Infraestrutura.

O Exim Brasil seria uma subsidiária integral do BNDES exclusivamente dedicada ao financiamento do comércio exterior, cobrindo o financiamento às exportações que dificilmente são cobertas pelo mercado – tipicamente aquelas de prazos mais longos. Segundo Coutinho, as operações de comércio exterior do BNDES seriam transferidas para

¹⁵BNDES. **BNDES encerra 2009 com desembolso recorde de R\$137,3 bilhões.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Financas/20091229_desemp_2009.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

o EXIM Brasil, assim como todo o corpo técnico do BNDES¹⁶. O Exim seria, portanto, um aperfeiçoamento do FINAME. Apesar deste anúncio robusto, pouco é noticiado até então, tornando difícil a análise dos possíveis resultados decorrentes da política. Tanta é a falta de informações na mídia, que nada foi encontrado sobre a Empresa Brasileira de Seguros ou sobre os Fundos anunciados.

O quadro abaixo, criado pelo CINDES, resume bem as modificações ocorridas na política comercial brasileira no pós-crise, e contempla, além dos aspectos já citados, a questão da proteção contra importações e da preocupação com a defesa comercial.

Instrumentos de política	2008 / 2009	2010
Financiamento à exportação	Extensão do Programa de Financiamento às Exportações. Condições mais favoráveis (subsídios) para o financiamento das exportações de bens de capital pelo BNDES.	Extensão para bens de consumo das condições de financiamento (subsídios) concedidas aos bens de capital pelo BNDES.
Desoneração tributária das exportações		Restituição parcial dos créditos de tributos federais indiretos acumulados pelas empresas nas operações de exportações. Implementação do drawback-isenção no mercado interno.
Políticas de proteção	Alterações específicas de tarifas, na maioria dos casos reduzindo a proteção, especialmente no setor de bens de capital para estimular investimentos. Não há aumento nas medidas de defesa comercial (AD)	Mudanças específicas de tarifas, em alguns casos relacionados aos riscos de desabastecimento do mercado doméstico. Aumento do uso de AD: a relação entre a aplicação de medidas e a abertura de investigação tem crescido. Preocupação com o déficit de um setor industrial (autopeças) gera decisões de aumentar tarifas de importação desse setor.
Compras governamentais		Mudanças nas regras de compras governamentais: concessão de preferências para os fornecedores domésticos (com requisito de conteúdo local mínimo) de bens e serviços.

Quadro 02 – Aspectos comparados da política para as exportações
Fonte: Breves CINDES, n.37, 2010.

¹⁶ DURÃO, Vera Saavedra. **Secretário prevê incentivo a crédito de longo prazo**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 set 2010. Disponível em: <www.economia.estado.com.br/noticias/not_16834.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

Tendo em vista esta priorização do financiamento às exportações, além dos processos de inovação e modernização do parque industrial, o BNDES tem demonstrado desembolsos cada vez mais robustos. O ano de 2009, por exemplo, encerrou com o desembolso recorde de R\$137,3 bilhões, representando um aumento de 49% sobre os desembolsos do ano anterior. Os setores mais destacados foram a indústria, a qual atingiu R\$60,1 bilhões e apresentou crescimento de 54% em relação a 2008, e a infraestrutura, que totalizou R\$46,5 bilhões e um aumento de 32% para 2008. Além dos desembolsos, o aumento nas operações de aprovação e enquadramento foi de 30%, resultando nos números parciais superiores de 2010. As expectativas não foram atendidas totalmente, até então (mês de novembro) no ano de 2010, apresentando uma ligeira queda dos desembolsos, mas ainda sob o ritmo forte que norteia o banco. Luciano Coutinho afirma¹⁷, no entanto, que os desembolsos no ano de 2010 ainda superarão os do ano anterior, em razão da permanência de medidas de incentivo (concedidas ainda na época da crise, em 2008) e da decorrente manutenção da demanda por recursos. Como mostra o gráfico abaixo, as aprovações para este ano superam as de 2009.

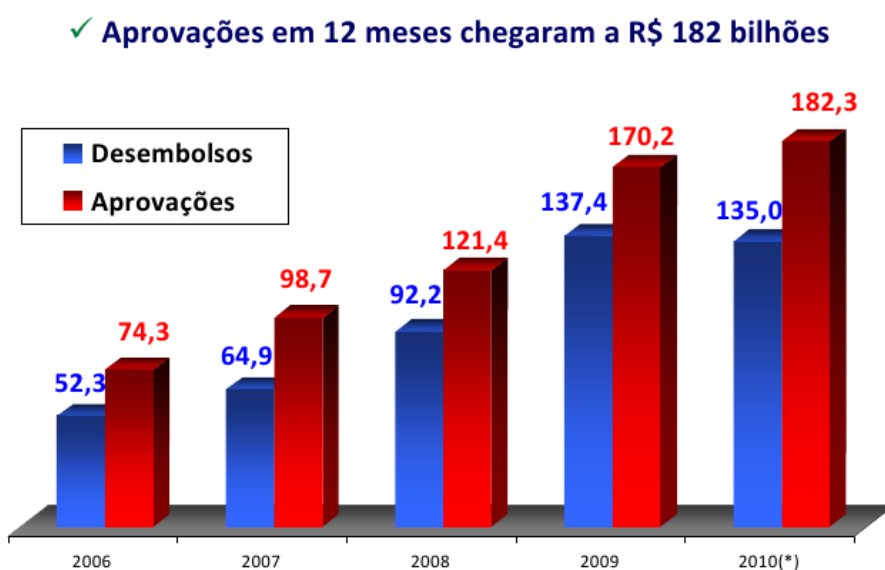


Figura 07 - Desembolsos e Aprovações 2006-2010
Fonte: BNDES

¹⁷ **Desembolsos do BNDES em 2010 poderão superar os do ano passado.** Portal Administradores, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/desembolsos-do-bndes-em-2010-poderao-superar-os-do-ano-passado/39038/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

Concernente à distribuição dos recursos, temos que os recursos para infraestrutura ultrapassam os recursos para a indústria no ano de 2010 em relação ao ano de 2009. Isso se dá em função do forte comprometimento do BNDES com o PAC: 33,2 bilhões foram aplicados em projetos do PAC entre janeiro de 2009 e junho de 2010, representando quase 29% de todo o desembolso do Banco neste período. O projeto mais importante desta carteira é a construção da Refinaria de Abreu e Lima, situada no Complexo Industrial Portuário do Suape e com previsão de entrar em operação em 2011.

Os desembolsos são feitos através de diferentes modalidades. De acordo com o relatório gerencial trimestral do BNDES, o FINEM é a modalidade que concentra 37,5% dos financiamentos do BNDES. O FINEM apóia projetos com valor superior a 10 milhões de reais. Em seguida, tem a modalidade FINAME abrangendo 35,1% dos financiamentos do Banco, destinado às operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

A tabela a seguir resume os desembolsos do BNDES no período de janeiro de 2009 a julho de 2010 por modalidade de financiamento.

Tabela 03 – Percentual de desembolsos por modalidade operacional do BNDES

MODALIDADE	VALOR DESEMBOLSADO (R\$milhões)	PERCENTUAL
FINEM	43.421,03	37,5%
FINAME	40.696,89	35,1%
Pré-Embarque	11.123,77	9,6%
BNDES Automático	8.036,30	6,9%
Project Finance	5.265,96	4,5%
Maq/Equip	3.437,31	3,0%
Cartão BNDES	1.437,31	1,2%
FINAME Leasing	991,56	0,9%
Limite de Crédito	658,70	0,6%
Ponte	485,35	0,4%
Debêntures	294,14	0,3%
TOTAL	115.844,80	100%

Fonte: Relatório Gerencial Trimestral: Recursos das Leis 11.948/09 e 12.249/10. 2º trimestre de 2010. Julho de 2010.

3. O PAPEL DO BNDES

A atuação do BNDES se dá através de programas e seus produtos, cujos eixos se dão em razão da natureza do crédito (linhas de financiamento), do setor alvo e/ou do porte da empresa. O programa dedicado à exportação e à inserção internacional é o BNDES PSI, cujo principal produto é o BNDES Finem, o qual financia valores superiores a 10 milhões de reais para projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos. De acordo com as necessidades das empresas, a linha de financiamento adotada varia entre:

- apoio à internacionalização de empresas (formação de capital de giro ou investimento de empresas de capital nacional em mercados internacionais);
- aquisições de bens de capital (desde que associada a planos de investimento aprovados pelo BNDES);
- BNDES automático (financiamento de até 10 milhões a projetos de implantação e modernização de empreendimentos);
- BNDES Exim Pré-Embarque e BNDES Exim Pós-Embarque (financiamento à produção de bens e serviços brasileiros destinados à exportação e à comercialização destes itens no exterior).

Todos estes programas são foco da política externa, pois gerenciam, ainda que indiretamente, as atividades empresariais brasileiras em direção à internacionalização.

No mês de maio deste ano, o Governo Federal lançou um conjunto de ações de apoio ao setor exportador, denominado Plano Nacional de Exportações, sendo uma das principais medidas a criação da Agência de Crédito à Exportação do Brasil S.A.: EXIM Brasil. Esta subsidiária direta do BNDES corrobora a importância do Banco para a atuação brasileira no exterior, uma vez que consiste em um rearranjo organizacional que aproveita a estrutura já existente na Área de Comércio Exterior do Banco e sua carteira de operações existente – cerca de 13 bilhões de dólares em operações e 20 bilhões em projetos previstos. Além de simplificar a estrutura de financiamento às exportações, objetiva-se incrementar as oportunidades de acesso aos mercados internacionais para produtos e serviços de alto valor agregado.

Paralelamente, o BNDES será o administrador do Fundo Garantidor de Comércio Exterior (FGCE), um instrumento de natureza privada que será responsável por prestar garantia às operações do EXIM Brasil. Ressalta a notícia da própria agência de

comunicação do BNDES que as avaliações de risco do FGCE serão administradas pelo BNDES, e não pelo EXIM-Brasil, demonstrando uma tendência de delegação dos instrumentos de comércio exterior para o Banco. No entanto, em entrevista para o jornal Estadão, Luciano Coutinho informa que o próximo passo é a criação de uma Empresa Brasileira de Seguros (EBS), que tome para si a função do FGCE¹⁸. O presidente do BNDES ainda afirma que o foco, a partir de agora, deve ser o da capacitação do mercado privado para que este venha a financiar os investimentos, diminuindo o fardo que o governo vem carregando sozinho.

Terminada agora essa fase de criação do Exim, que exigiu muita energia, meu foco será todo dirigido à questão do financiamento privado de longo prazo. Precisamos encontrar meios e formas de estimular o mercado financeiro privado para o setor corporativo, através do mercado de debêntures, através do mercado de securitização de créditos bancários.¹⁹

3.1. A necessidade do BNDES para o desenvolvimento da economia brasileira

Conforme declarações prestadas por diversos economistas, políticos e representantes do Banco, o BNDES torna-se imprescindível para a fase atual e para a continuidade da internacionalização da economia.

Luciano Coutinho, presidente do Banco, afirma que a existência do BNDES é um indicador de que a economia brasileira está amadurecendo, assim como a estrutura financeira do governo para amparar a economia em situações de crise. Para Coutinho, os bancos de desenvolvimento parecem cada vez mais obviamente fundamentais.

Como ensinou a professora Conceição Tavares, o sistema de crédito é fortemente pró-cíclico. A história do capitalismo mostra que o ciclo de crédito se expande na euforia e depois se retrai na crise por longos períodos. Então, a economia que dispõe de capacidade pública de operar sistemas bancários e de crédito é uma economia que tem uma superioridade estrutural.²⁰

Coutinho soma à defesa do papel do BNDES a necessidade da criação e fortalecimento de mecanismos de financiamentos a longo prazo. Para o economista, se houvesse um órgão análogo ao BNDES nos Estados Unidos, por exemplo, haveria maior

¹⁸ DURÃO, Vera Saavedra. **Secretário prevê incentivo a crédito de longo prazo**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 set 2010. Disponível em: <www.economia.estadao.com.br/noticias/not_16834.htm>. Acesso em: 20set. 2010.

¹⁹ DURÃO, Vera Saavedra. **A gente acaba se o BNDES não financiar grandes empresas, diz Conceição Tavares**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 set. 2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/brasil/97/308210/a-gente-acaba-se-bndes-nao-financiar-grandes-empresas-diz-conceicao-tavare>>. Acesso em: 20set. 2010.

²⁰ Ibid.

facilidade de captação de recursos para a recuperação da infraestrutura do país. Apesar da quantidade de grandes bancos e de grandes empresas, o governo não dispõe de mecanismos de financiamento a longo prazo.

Institui-se, portanto, que o papel prioritário do BNDES neste momento é o de fornecer o crédito necessário à expansão da economia brasileira. De acordo com a premissa de que o capitalismo é cíclico, e aproveitando a resistência relativa que o país apresentou frente à crise de 2008, o momento é de forte investimento.

O governo entende esta demanda como uma prioridade e destinou recursos do Tesouro Nacional ao BNDES para cobrir a falta de crédito gerada pelo processo de crise.

Não obstante, a forte atuação do Banco em questões sensíveis como a capitalização da Petrobras, o financiamento aos grandes frigoríficos, ou mesmo às obras de infraestrutura nos países vizinhos, trouxeram o seu papel para o debate na grande mídia e nos ambientes acadêmicos. Soma-se a isso o período eleitoral deste ano de 2010, o qual abre ainda mais o debate sobre a política adotada ao longo do governo de Lula, assim como o peso que tem tomado o BNDES dentro dos gastos públicos, ilustrado pelo aumento da dívida bruta do governo.

A estratégia do Estado é aumentar as fontes de crédito público de longo prazo, a fim de fortalecer a economia, enquanto os bancos privados ainda não se sentem preparados para tanto. Não obstante, chegado a certo grau de maturidade, o mercado deve dar conta de disponibilizar crédito para setores chave, como o mercado imobiliário. Segundo Nelson Barbosa,

[...] o BNDES ainda terá papel fundamental na infraestrutura e no comércio exterior, com a transformação da Finame num Eximbank, para financiar comércio exterior, junto com a operação da nova Agência de Garantias, cujo projeto foi finalizado e enviado ao Congresso. A agência vai ficar incumbida de administrar os diversos fundos garantidores que hoje existem. A ideia é migrar da estrutura atual, que tem sete fundos, para dois fundos, um grande fundo garantidor de infraestrutura e um grande fundo garantidor de comércio exterior.²¹

Entre as diversas críticas surgidas nos últimos anos contra o forte investimento pelo governo nas operações de subsídios a grandes empresas, pelo BNDES, a economista Maria da Conceição Tavares veio à mídia para defender e explicar a importância deste investimento neste momento da economia brasileira. Em suas palavras, “a gente acaba se o BNDES não financiar as grandes empresas”²². Segundo a economista, o momento é de possibilitar o avanço do processo de internacionalização destas empresas, as quais

²¹ Ibid.

²² Ibid.

constituem grande parcela da economia brasileira, através do aumento do poder de competição destas no ambiente internacional.

A Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada pelo governo Lula em 12 de maio de 2008, aponta para a transformação da economia brasileira em uma economia planejada e segura, sendo base para o um crescimento sustentado e constante. Muito além de desenvolver a capacidade produtiva dos mais variados ramos da indústria nacional, a PDP visa à reeducação do empresariado brasileiro para as novas possibilidades de crescimento, preenchendo espaços ainda ociosos do mercado internacional, aumentando a competitividade através dos ganhos de escala e aproveitando-se das vantagens comparativas que o país oferece.

De acordo com o documento base da política, o objetivo central é dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão da economia brasileira, dando maior segurança e estabilidade aos investidores. Ainda que os resultados demorem a aparecer (por ser um planejamento de longo prazo), a crise que assolou o mundo no mesmo ano da implementação da PDP demonstrou que o empenho do governo em travar os efeitos cíclicos do capitalismo tiveram efeito e permitiu que o impacto da crise fosse amortecido. Através da redução do IPI sobre produtos industriais e do aumento do crédito público, o governo brasileiro pode corroborar a PDP, e assim gerar maior confiança na capacidade de crescimento da economia nacional por parte do setor privado.

A PDP tem como principais objetivos:

1) ampliar a taxa de investimento para eliminar e evitar gargalos de oferta.

Para conter os efeitos dos ciclos capitalistas, deve-se prever a expansão da demanda e evitar possíveis pressões inflacionárias que este movimento possa vir a criar. Assim, dá-se continuidade ao crescimento também em contextos desfavoráveis.

2) elevar o esforço de inovação, principalmente no setor privado.

Entende-se que o mercado visado pelo Brasil é definido por altos níveis de inovação e pela capacidade competitiva. Assim, para agregar valor aos produtos brasileiros e ganhar espaço em um mercado internacional competitivo, a ordem é inovar e prover produtos com alta qualidade, o que demanda esforços tanto por parte do setor público (fomentando a inovação) quanto por parte do setor privado (abrindo espaço para a pesquisa e investindo em melhorias).

3) preservar a robustez das contas externas.

Diferente de outros momentos da economia brasileira, as contas externas não são mais variáveis dependentes da estrutura econômica interna (como quando se operavam as taxas de importação como restrições aos gastos). O objetivo é investir no aumento da pauta exportadora e no contínuo crescimento da demanda externa pelos produtos brasileiros a partir do estímulo às indústrias brasileiras pelo movimento de internacionalização.

4) fortalecer as micro e pequenas empresas, gerando efeitos competitivos e distributivos positivos.

Apesar dos fortes estímulos financeiros e não financeiros concedidos aos sistemas empresariais de grande porte (estímulos estes que geram o maior debate sobre a confiabilidade das políticas de incentivos do governo), a PDP considera importante criar uma estrutura econômica que viabilize a internacionalização das micro e pequenas empresas, através da inovação e da competitividade que estas podem demonstrar frente a mercados específicos.

Todas estas diretrizes formam uma estrutura forte e que, ao que seu pouco tempo de vigência pode demonstrar, pode transformar a indústria brasileira em uma indústria realmente competitiva. Não obstante, severas críticas vem acercando o debate sobre esta política e as possíveis vantagens que muitos grupos empresariais estariam recebendo em relação a ela. Nos últimos anos, poucas empresas tem adquirido dimensões muito superiores àquelas já experimentadas pela indústria brasileira: exemplos como a Friboi, a Odebrecht e a Petrobrás são algumas das muitas empresas que tem-se beneficiado e conquistado o mundo através de subsídios e empréstimos preferenciais.

As críticas versam desde a descaracterização do mercado, em razão da intervenção demasiada do governo sobre sua dinâmica, até a exclusão de determinados setores da economia.

De um lado,

[...] o banco de fomento foi uma peça a mais na política anticíclica do governo ao longo de 2009, cujo vetor mais poderoso foi utilizar os bancos oficiais federais para oferecer crédito ao setor privado, como forma de contrabalançar a retração dos bancos privados na concessão de empréstimos. O BNDES entrou com investimentos para *inovação*, o Banco do Brasil com financiamentos em geral e para as exportações, e a Caixa Econômica Federal com o financiamento habitacional.²³

²³ CNI. Os desafios da PDP. 28 jun. 2010. **Revista Indústria Brasileira** (online). Disponível em: <www.revistaindustriabrasileira.com.br/temas/view/206>. Acesso em: 20 set. 2010.

De outro lado, a política do BNDES de liberar subsídios para grandes empresas condiz com uma possível politização dos recursos, o que desfaz a visão de longo prazo que norteia as políticas do governo federal. A ação anticíclica, portanto, seria apenas uma estratégia pontual para sustentar a economia neste momento pós-crise, e não o processo envolto nas diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo.

Alguns meios de comunicação (Jornal Estado de São Paulo, Revista da Indústria Brasileira) debatem a necessidade de uma política mais horizontal, sem a “eleição” de empresas ou setores, mas sim com a redução linear da carga tributária, possibilitando o desenvolvimento de todos os setores da economia nacional de forma igualmente facilitada.

3.2. As Críticas ao BNDES

A questão relacionada às baixas taxas de juros cobradas pelo BNDES (abaixo mesmo da Selic, trouxe pesadas críticas ao Banco e ao Governo, pois estaria “pressionando o Banco Central a ‘equilibrar’ o excesso de liquidez adotando o remédio do aumento da taxa básica”²⁴. As críticas à taxa de juros²⁵, como consequência indesejada da ação do BNDES, não foi provada até então, ainda que seja um risco que o país corre. Os governistas se defendem (e defendem o BNDES), e entendem que todo o setor produtivo está se beneficiando com tais políticas de fomento; já alguns setores da economia, principalmente aqueles com pouca representação e que ainda não compõem a pauta exportadora, alegam que os incentivos são seletivos, e que os subsídios beneficiam apenas os setores escolhidos, deixando os juros ainda mais altos para aqueles que ficaram de fora da “seleção”. Em matéria do Estado de São Paulo²⁶, as empresas menores reclamam das garantias exigidas e do excesso de burocracia para conseguir um empréstimo do banco estatal. O incentivo do

²⁴ DIRCEU, José. **O papel do BNDES**. Brasil Econômico, São Paulo, 29 set. 2010. Disponível em: <www.brasileconomico.com.br/noticias/o-papel-do-bndes_87840.html>. Acesso em: 09 nov. 2010.

²⁵ CALDAS, Shelly. **O limite da irresponsabilidade**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 25 Jul. 2010. Disponível em: <http://www.estado.com.br/estadodehoje/20100725/not_imp585718,0.php>. Acesso em: 26 jul. 2010; GALLO, Ricardo. **BNDES começa a tirar o corpo fora: Mercado entra em campo!** 23 Jul. 2010. Disponível em: <www.colunistas.ig.com.br/ricardogallo/2010/07/23/BNDES-comeca-a-tirar-o-corpo-fora-mercado-entra-em-campo/>. Acesso em: 26 jul. 2010.

²⁶ PEREIRA, Renée. **Empresários reclamam de acesso difícil ao BNDES**. Estado de São Paulo, São Paulo, 01 ago. 2010. Disponível em: <http://www.estado.com.br/estadodehoje/20100801/not_imp588883,0.php>. Acesso em: 08 ago. 2010.

BNDES às grandes empresas seria tão intenso, que matérias da *Valor*²⁷ e do *Estado*²⁸ indica que haveria diminuição nos investimentos externos diretos no país decorrente da preferência, por parte das empresas multinacionais, por empréstimos do BNDES em lugar da captação externa.

A concentração do investimento é um dos mais pesados argumentos dirigidos ao BNDES nos últimos anos. Apesar dos esforços do Banco em ressaltar seu papel social, e de direcionar diversas ações destinadas às micro, pequenas e médias empresas no país (seja para a inovação ou para o processo de exportação), o quantum de recursos segue majoritariamente nas mãos de poucos. Segundo João Carlos Ferraz²⁹, diretor de planejamento do BNDES, isso reflete a realidade da indústria brasileira: são os grandes grupos (assim como seus fornecedores e toda sua cadeia) que fazem a maior parte dos investimentos no país, que querem exportar mais e que empregam a maior parte dos trabalhadores com carteira assinada. Ilustrando a fala de Ferraz, os gráficos abaixo, retirados da apresentação feita por Luciano Coutinho ao final de 2009, mostram, de um lado, a concentração dos desembolsos para as grandes empresas e, de outro, o montante de operações direcionadas às micro e pequenas empresas.

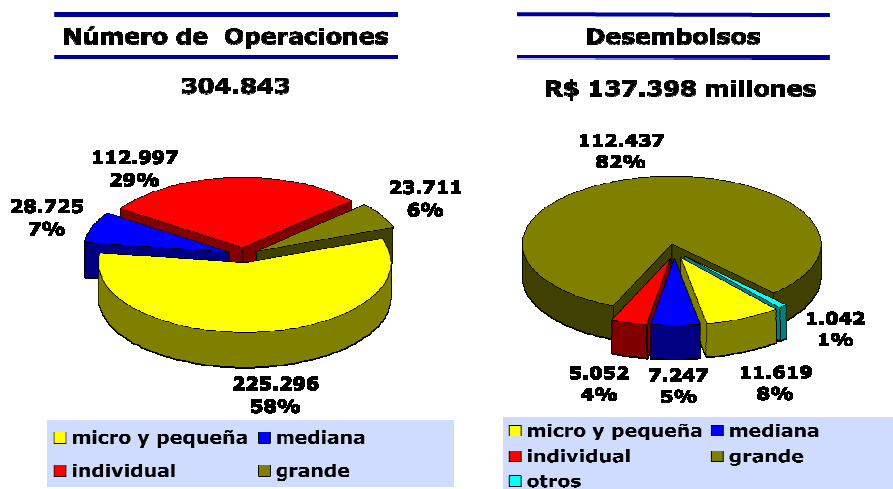


Figura 08 – Composição dos desembolsos do BNDES de acordo com o tamanho da empresa beneficiada
 Fonte: BNDES, apresentação institucional para apresentação do Banco em ocasião de divulgação do escritório em Montevideo, 2009.

²⁷ SAFATLE, Cláudia. **Multinacionais buscam BNDES para investir**. Valor Online. Brasília, 06 ago. 2010. Disponível em: www.valoronline.com.br/impresso/125915/multinacionais-buscam-bndes-para-investir. Acesso em: 08 ago. 2010.

²⁸ LANDIM, Raquel. **O Brasil está levando o déficit em conta corrente na flauta**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 ago. 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,o-brasil-esta-levando-o-deficit-em-conta-corrente-na-flauta,29758,0.htm> Acesso em: 08 ago. 2010.

²⁹ Ibidem.

Ainda segundo Ferraz, os recursos que o Tesouro disponibilizou ao BNDES, no seio da política de incremento dos investimentos, possibilitaram ao Banco o beneficiamento de toda indústria brasileira, sem precisar escolher uns em detrimento dos outros.

Quando a questão do Tesouro nacional surgiu na mídia, a polêmica agigantou-se e o debate ganhou proporções maiores, de acordo com o momento da campanha eleitoral. Entre 2009 e 2010, o Tesouro Nacional repassou, a juros de 10% ao ano (Selic), R\$180 bilhões para o BNDES, recursos estes que são repassados para as empresas a juros de 6% (TJLP – Taxas de Juros de Longo Prazo). A defasagem entre as taxas de juros do repasse do Tesouro ao BNDES, e do BNDES às empresas contratantes, é o que preocupa a muitos economistas.

Delfim Neto, em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo³⁰, afirma que o governo é “ineficiente e gastador”, gerando um déficit em conta corrente que só aumenta. O economista sustenta a idéia de que o Brasil não está dispensando esforços fenomenais, como o governo quer fazer parecer, mas sim que o país está ligado nas mudanças econômicas mundiais e, por isso apresenta crescimento nas atividades exportadoras (não maior, no entanto, do que a média mundial). O problema estaria, segundo o ex-ministro, no restabelecimento do déficit em conta corrente que, em razão dos motivos já expostos para a diminuição do investimento direto externo estrangeiro, vem sendo “levada na flauta”.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista à Agência Brasil³¹, ressalta que o setor de créditos privados tem correspondido aos incentivos governamentais e já está crescendo em proporção, diminuindo assim a necessidade de um papel tão presente por parte do BNDES. Mantega reforçou que o BNDES cumpriu sua missão em meio à crise econômica, e afirmou que a concentração do crédito em grandes empresas é inevitável em função da consistência necessária para os projetos de longo prazo.

O câmbio é outro fator que tem sido bastante considerado nas discussões envolvendo o restabelecimento do déficit comercial. A princípio, os juros artificiais sustentados pelo BNDES dentro da economia brasileira tem feito com que a política monetária não tenha poder sobre os juros e, portanto, faça com que seja necessário o estabelecimento do equilíbrio monetário através do câmbio. Dessa maneira, o câmbio vem apresentando

³⁰ Ibid.

³¹ **Mantega diz que empréstimo de R\$ 180 bi do Tesouro ao BNDES não tem custo expressivo.** Correio Brasiliense, 10 ago 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/08/10/internas_economia,207034/index.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2010.

quedas consecutivas, apresentando o seu mais baixo índice em 10 anos no dia 27 de outubro de 2010: R\$1,66³².

As críticas ao BNDES não se dão apenas no âmbito interno nacional. Internacionalmente, as agências de créditos à exportação vem gerando polêmica em razão dos seus investimentos maciços em prol do desenvolvimento e vazios de consciência social e ambiental. A ECA Watch (International NGO Campaign on Export Credit Agencies tem aparecido cada vez mais na mídia internacional livre, com dizeres claros: “a hefty burden on the environment and human rights around the world”, ou ainda “ECAs: the newer, bigger, badder Banks”. O principal instrumento de luta da ECA Watch é a Declaração de Jacarta, formulada e debatida ainda no ano de 2000, por mais de 50 representantes de organizações não-governamentais e movimentos sociais que previa reformas na estrutura e na ação destas agências. O movimento nasceu e tomou força dentro da Indonésia, onde os financiamentos (à época) chegavam a 28 bilhões de dólares, o equivalente a 24% da dívida externa do país, dívida esta que era apontada como uma das principais causas da violência no Timor-Leste e do desastre econômico da Indonésia. As reformas requeriam maior transparência à informação, assim como consultas à sociedade civil afetada pelas ações dirigidas e fomentadas pelas ECAs, a adoção de diretrizes econômicas e sociais mais justas, o fim da corrupção dentro das agências, o acordo mais justo sobre as dívidas dos países mais pobres perante as agências e perante os países industrializados, e ainda o fim dos investimentos não-produtivos. (DECLARAÇÃO DE JACARTA, 2000)

Ainda que a Declaração de Jacarta tenha sido elaborada há 10 anos, o debate se faz atual e necessário. Além das grandes agências internacionais (as quais são obrigadas a seguir regimentos cada vez mais rigorosos por parte OCDE), presenciamos o surgimento e crescimento as agências nacionais de créditos para exportação, cujo exemplo é o próprio BNDES. Nestes casos, as leis nacionais são as que regem a ação destas agências, o que permite, muitas vezes, que haja “vista grossa” sobre aspectos sociais e ambientais. O BNDES é um exemplo tanto dentro do Brasil, levando a cabo obras infraestruturais polêmicas e financiando transnacionais, quanto nos países vizinhos, nos quais se aproveita da fraca legislação ambiental (Peru, Argentina) para financiar grandes empresas brasileiras em obras bilionárias.

³² **O câmbio e o déficit público.** Gazeta do Povo, 28 out. 2010. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?tl=1&id=1062005&tit=O-cambio-e-o-deficit-publico>. Acesso em: 02 nov. 2010.

3.3. Expansão pensada: o escritório em Montevidéu

Em agosto de 2009, o BNDES abriu seu primeiro escritório fora do território brasileiro. Escolheu-se a cidade de Montevidéu para sediá-lo em razão de sua centralidade em relação ao MERCOSUL, e ainda à condição da cidade de ser um centro de negócios referência em toda a América do Sul, concentrando também a sede da ALADI. A decisão de abrir este escritório foi de encontrar uma maneira efetiva de mostrar aos países do MERCOSUL que o BNDES tem vontade e está realmente engajado na política de integração regional. O escritório não é uma filial do Banco, mas sim uma representação no exterior.

De acordo com documento fornecido por Guillermo Graziani, representante do BNDES Uruguai, o escritório tem os seguintes objetivos:

- Apoiar o BNDES na identificação de projetos relevantes de infraestrutura e integração;
- Estreitar os vínculos com organizações multilaterais;
- Ponto de referência e de apoio à companhias brasileiras que já possuem presença regional;
- Promover a cooperação técnica;
- Atuar como agente de integração.

Em entrevista³³ concedida ao jornal uruguaio *El País*, Armando Mariante (vice-presidente do BNDES) falou sobre a importância do escritório em Montevidéu e outros detalhes concernentes à expansão do Banco em direção ao exterior. O segmento da entrevista com maior ênfase do jornal foi o momento em que, questionado sobre as assimetrias existentes entre os dois países maiores e os dois menores do MERCOSUL, Mariante reforça o compromisso do Banco em tornar-se um instrumento de integração, e não de assimetria.

Quanto aos projetos realizados por intermédio desta representação em Montevidéu, temos o projeto de distribuição de gás Montevidéu Conecta, o qual visa renovar as tubulações de gás da cidade, que tem apresentado grande nível de perdas por serem muito antigas. Também há um projeto voltado à geração de energia elétrica em Punta del Tigre.

³³ MARIANTE, Armando. "Queremos ser un medio de integración". El País Digital, Montevideo. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/090511/pecono-416210/economia/-queremos-ser-un-medio-de-integracion>>. Acesso em: 04 out. 2010.

É importante frisar que a representação no exterior funciona de forma conjunta à embaixada local. No Uruguai, onde esta situação já é realidade, o embaixador José Felício contata o representante local do BNDES sempre que detecta oportunidades de projetos infraestruturais ou de cunho industrial.

Ainda em 2009, inaugurou-se uma subsidiária do BNDES em Londres, chamada BNDES Limited, na forma de participações sem atividades financeiras. Objetiva-se, através desta iniciativa ousada dos diretores do Banco, auxiliar de maneira mais efetiva as empresas nacionais que buscam espaço no mercado externo, trabalho já feito em território nacional, e ainda fazer a ponte entre investidores internacionais e as oportunidades oferecidas aqui no país. Este primeiro passo fora do continente é um indicativo das pretensões do Banco para os próximos anos, que abarca a sua maior participação no mercado acionário em prol das empresas brasileiras, das quais mais de 300 tem o BNDES como acionista minoritário. A escolha por Londres é estratégica em razão do fuso horário: a bolsa de Londres trabalha concomitante às bolsas do leste asiático durante parte do dia, e concomitante às bolsas americanas em outra parte do dia.

3.4. O tamanho do BNDES frente às demais fontes de financiamento no âmbito da América do Sul

Os últimos dez anos foram prementes para a expansão do BNDES, em direção à América do Sul, na condição de fonte de financiamento alternativa às tradicionais instituições financeiras internacionais (BID, BIRD, FMI).

ÁLVAREZ e FLÓREZ (In: VERDUM, Ricardo, 2009), ao estudar a força dos capitais brasileiros na Colômbia, traçam três pontos pelos quais o Brasil delineou seu crescimento em direção aos mercados da América do Sul. Primeiramente, as exportações ganharam espaço, tanto no total das exportações do continente, quanto nas exportações intra-regionais; Em seguida, o **investimento externo direto brasileiro** cresceu consideravelmente entre 1995 e 2006, alcançando 46,1% do total de investimentos realizados por capitais sul-americanos, e demonstrou tendência de crescimento também em 2007. Por último, a IIRSA teria sido uma das forças motrizes da expansão econômica brasileira e das oportunidades para os financiamentos do BNDES.

Eduardo Gudynas (In: VERDUM, Ricardo, 2009) elenca as principais instituições financiadoras dos grandes projetos de infraestrutura inter-regionais na América Latina, apontando o BNDES como uma das maiores, abaixo apenas do BID em valor de patrimônio. Como já foi destacado, o BNDES financia tanto projetos dentro da IIRSA quanto fora dela.

Para elucidar a questão do BNDES na América do Sul, consideremos que a IIRSA começou em 2000 a partir da experiência brasileira de planejar o território de acordo com os eixos (Estudo dos Eixos), realizada pelo Ministério do Planejamento em parceria com o BNDES. Este estudo traçava eixos em razão do inter-relacionamento econômico entre as regiões, seus entraves, dificuldades e potenciais. Daí a criar eixos de integração em toda a América do Sul foi um passo rápido e ligeiramente aceito por todos os doze chefes de Estado do continente.

Já no ano de 2000, foram eleitos vários projetos que comporiam a pauta da IIRSA, inclusive aquelas que fariam parte de Agenda de Implementação Consensual, ou seja, aqueles programas que são prioridade de acordo com os 12 países envolvidos. A Agenda contempla cinco anos de atividade, sendo a atual (2005-2010) composta por 9 projetos sob responsabilidade brasileira. De acordo com SANTANA e KASAHARA (2006), os financiamentos do BNDES-Exim já concentrariam todos os projetos aprovados pela IIRSA.

Institucionalmente, o BNDES também participa de forma ativa da administração da IIRSA, assessorando os grupos técnicos e de pesquisas. Apesar de o Comitê Técnico da IIRSA ser composto por CAF, FONPLATA e BID, o BNDES tem-se inserido neste grupo através da própria CAF, com a qual, desde 2003, mantém estreita cooperação para o financiamento dos grandes projetos. Politicamente, o Brasil tem forte influência sobre a UNASUL e a IIRSA, e ainda conta com o crescimento do próprio BNDES para o aumento da influência de agentes privados brasileiros no processo (uma vez que o Banco financia apenas empresas e produtos majoritariamente brasileiros).

De acordo com Marc Dourojeanni, Presidente da Fundação ProNaturaleza, em Lima, poucos veem que a CAF e o BNDES “vem deixando pra trás dos bancos tradicionais em matéria de financiamento na região”. Só em 2008, a CAF aprovou em torno de 7,9 bilhões de dólares em empréstimos, valor que cresceu para 9,2 bilhões em 2009 (frisando que o BNDES tem aumento gradualmente sua participação na CAF). Isso é mais do que os empréstimos concedidos pelo BIRD e pelo BID no período entre 2005 e 2008.

O BNDES é um ator de crescente importância regional, uma vez que, apenas em 2009, desembolsou 70 bilhões de dólares em operações no Brasil e no exterior. Isto é mais do que todos os empréstimos do Banco Mundial para o mundo inteiro no mesmo período, que alcançou a soma de 46,9 bilhões de dólares. Para Marc Dourojeanni, e para muitos outros ambientalistas que vem acompanhando a integração sul-americana, o BNDES e a CAF são hoje “os principais atores financeiros no cenário sul-americano e serão ainda mais no futuro próximo”.

Ainda que não seja o foco deste trabalho, é impossível desvincular a presença do BNDES na América do Sul ao seu viés predatório e capitalista. A própria ascensão destes atores emergentes pode ser explicada através do aspecto ambiental: o BIRD e o BID sofrem mais diretamente com a pressão de organizações não-governamentais – tanto dos países desenvolvidos, os quais fornecem os fundos, quanto dos países em desenvolvimento, receptores dos empréstimos -, e, portanto apresentaram importantes mudanças no sentido de programas e projetos mais sustentáveis, incorporando maior rigor ambiental e sendo constantemente vigiados pela comunidade internacional. De outro lado, o BNDES e a CAF, por exemplo, não possuem estes compromissos socioambientais, e estão inseridos em um contexto político em que a integração a *qualquer custo* é mais vantajosa e comove muito mais do que a luta pela conservação ambiental. Dessa forma, e contando com um discurso impecável no que diz respeito ao desenvolvimento nacional e regional, estas instituições encontram cada vez menos entraves para a aprovação de seus projetos. Não se descarta, no caso do BNDES, um forte sentimento nacionalista que sobrepõe o conhecimento da necessidade de ser sustentável: um bom exemplo desta realidade é a eleição de Dilma Roussef, representando este modelo de desenvolvimento vigente, sobre a candidata Marina Lima, cuja postura frisa uma campanha pelo refreamento do desenvolvimento predatório e a retomada dos valores sociais e ambientais.

Abaixo, expressos os valores que torna possível a comparação entre estas agências multilaterais e o BNDES:

Tabela 04 – Comparativo entre indicadores do BNDES e demais agências multilaterais presentes na América do Sul

<i>US\$ milhões</i>	BNDES	BID	BIRD	CAF
	31/12/2008	31/12/2008	30/06/2008	31/12/2008
Ativos Totais	116.823	71.209	220.815	14.272
Patrimônio Líquido	12.217	19.899	40.737	4.554
Lucro Líquido	2.586	-22	1.419	311
Desembolsos	39.452	7.149	10.490	5.844
Carteira de Crédito	94.373	51.173	99.050	10.184
Capitalização	10,5%	27,9%	18,4%	31,9%
Retornos s/ Ativo	2,2%	0,0%	0,7%	2,2%
Retornos s/ PL	21,2%	-0,10%	3,7%	6,8%
Fundação	1952	1959	1945	1968

Fonte: FARIA, Alcides. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Um primeiro rascunho para entender suas políticas e as críticas recentes. Agosto de 2010.

O Brasil é um país chave para qualquer instituição financeira que atue na América do Sul. Desde a década de 60, o Brasil captava em torno de 1/5 de todos os empréstimos do BID, e era seu principal devedor até o ano de 2007. Em 2006, o próprio diretor do BID afirmou que o Banco não era mais relevante para o país. Em 2005, o governo de Lula pode declarar-se livre da tutela do FMI e do Banco Mundial, através da antecipação de 15,5 bilhões referente à dívida. O ano de 2008, no entanto, foi o marco estabelecido entre o Brasil devedor e o novo Brasil credor líquido, com reservas estrangeiras suficientes para cobrir a dívida externa total do país. Assim, o Brasil, através do BNDES, sobrepôs o BID e o BIRD em volume de desembolsos principalmente porque passou a se autofinanciar.

Finalmente, a cooperação BNDES-CAF é uma das forças motrizes para o seguimento dos projetos de infraestrutura no seio da IIRSA e também fora dela. Além disso, aproximação destas instituições se dá de forma concomitante a intensificação das relações Brasil – Países Andinos. A CAF é um banco de desenvolvimento que hoje é composto por 18 países da América Latina, Caribe e Europa (além de 14 bancos privados da região andina), e sua missão é promover um modelo de desenvolvimento sustentável a partir de operações de crédito, subsídios e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos públicos e privados na América Latina. Os produtos e serviços oferecidos também se assemelham aos do BNDES, uma vez que contemplam financiamentos de longo prazo, participação acionária e garantias.

O Brasil é acionista da CAF desde novembro de 2005 e representava 6,3% do total do capital subscrito e integralizado da CAF, em 31 de dezembro de 2009. Em 2007, o BNDES subscreveu ações de emissão da CAF no valor de duzentos milhões de dólares. À época, os presidentes do BNDES e da CAF ressaltaram que a iniciativa fazia parte do

“esforço das duas entidades em atuar de forma coordenada para promover a integração da América do Sul”. A operação realizada elevaria a segurança dos empréstimos da CAF e aumentaria o diálogo entre as instituições a fim de viabilizar um maior número de empreendimentos na região. Em 2009, a CAF aprovou USD 907 milhões a favor do Brasil, que corresponderam em sua totalidade a operações de risco privado.

Esse movimento de cooperação não é recente: o BNDES e a CAF se uniram em um seminário, promovido ente 6 e 8 de agosto de 2003, para discutir aqueles projetos que eram prioritários entre dois ou mais países do continente. As operações de cofinanciamento serviriam para substituir mais rapidamente a dependência destes países em relação aos grandes bancos internacionais. O seminário serviu para expor um pacote de 22 projetos - já desenhados e estudados por técnicos do BNDES e da CAF (ver figura 09) -, e para debatê-los entre os representantes de cada um dos 12 países sul-americanos no sentido de elencar as prioridades e de amadurecer os projetos tanto política quanto tecnicamente.

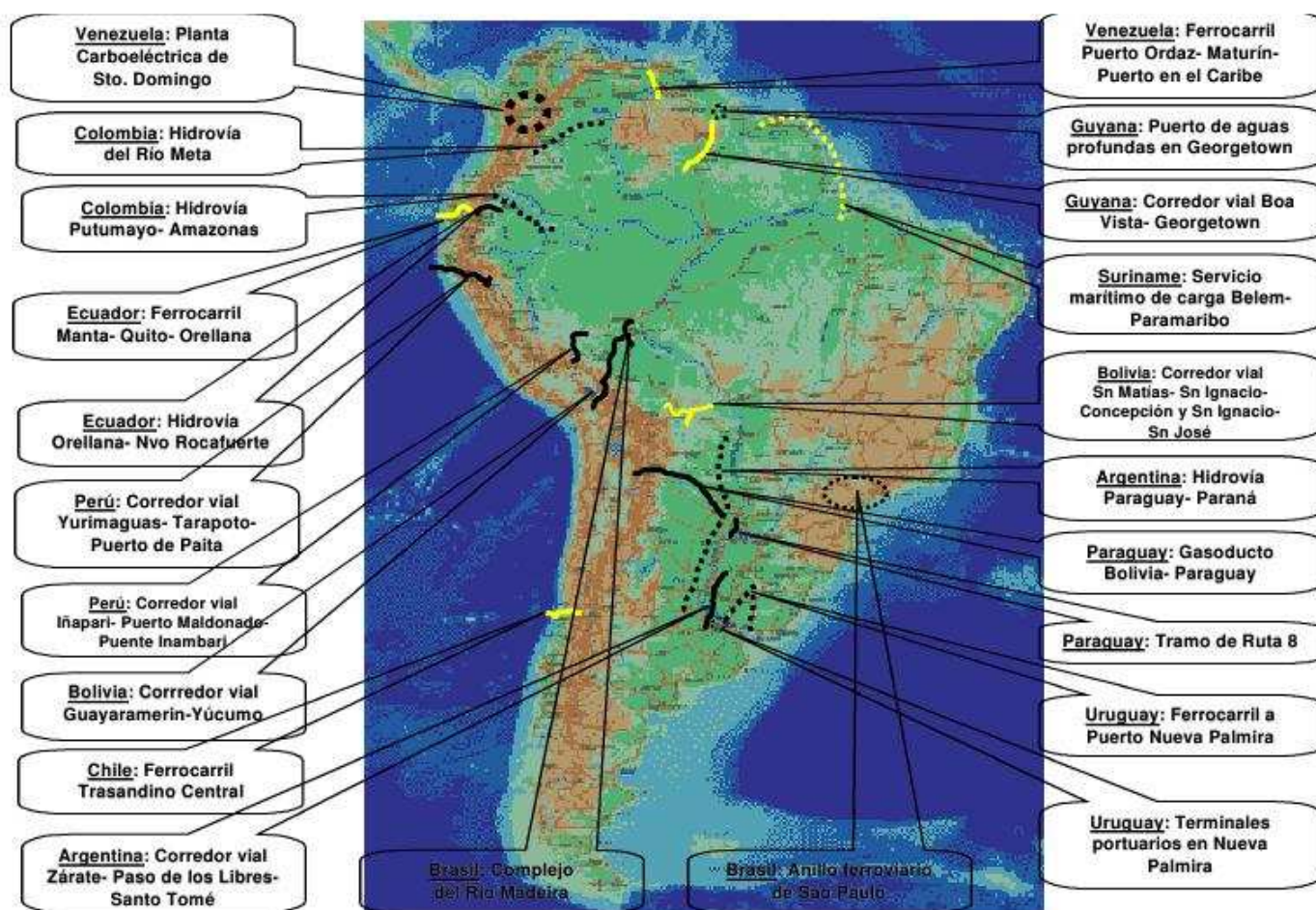


Figura 09 - Pacote de Projetos apresentados por CAF e BNDES em 2003

Fonte: Apresentação de Abertura do 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES-CAF. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_bndes_caf.html

No contexto de integração infraestrutural sul-americana, a IIRSA segue ativa, agora no seio da UNASUL. Se sua aceitação pela sociedade civil não foi muito efetiva, seu papel e suas consequências passam a ser sentidas sobre distintas carapaças: integração produtiva, transposição de barreiras naturais, melhoramentos infraestruturais, cooperação bi ou multinacional. E assim, o BNDES se mostra ativo nas gerências e nas principais decisões no escopo dos grandes projetos de integração. Elucidando a prioridade brasileira pela América do Sul, como indica o gráfico abaixo, quase 34% das operações pós-embarque³⁴ no ano de 2009 destinou-se aos vizinhos sul-americanos.

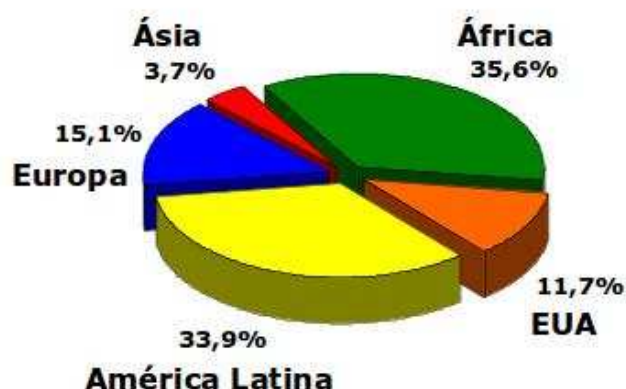


Figura 10 – Distribuição das operações em 2009

Fonte: Apresentação ENCOMEX 2010. GRAZIANI, Guillermo. Representante do BNDES no Uruguai.

Também por meio desta apresentação do Encomex 2010, construiu-se o quadro abaixo, com os principais valores referentes aos financiamentos de projetos em cada país do continente.

Tabela 05 – Financiamentos do BNDES destinados aos países da América do Sul

	1997-98	1999-00	2001-02	2003-04	2005-06	2007-08	2009-10	TOTAL
Argentina	273.662	238.240	70.933	1.556	221.760	586.121	416.773	1.809.046
Bolívia	141.943	49.776	16.003	1.767	882	-	-	210.371
Chile	2.952	16.915	4.797	49.384	97.124	152.003	11.990	335.164
Colômbia	906	1.678	25.556	560	-	-	-	28.701
Equador	100.576	209.887	77.209	112.735	174.608	18.018	122	693.156
Peru	79.097	44.142	14.206	14.021	6.498	764	224	158.952
Paraguai	27.943	2.237	32.065	43.367	8.009	-	1.271	114.893
Uruguai	9.318	44.757	27.285	307	2.633	5.555	2.055	91.910
Venezuela	66.511	25.518	98.265	99.705	51.455	113.524	48.066	503.044
TOTAL	702.909	633.151	366.320	323.401	562.970	875.985	480.066	3.945.235

Fonte: Apresentação ENCOMEX 2010. GRAZIANI, Guillermo. Representante do BNDES no Uruguai.

³⁴ Operações pós-embarque são aquelas voltadas a apoiar a comercialização, no exterior, de bens e serviços nacionais.

O principal receptor de fundos brasileiros em projetos vem sendo a Argentina, o que não traz surpresas, uma vez que esta nação é a principal parceira brasileira há muitos anos, além de manter um intercâmbio econômico intenso ao longo dos anos dentro das égides do MERCOSUL. A gradativa diminuição das cifras, no entanto, não apresenta uma menor atuação do BNDES fora do país, mas sim a diversificação destas formas de atuação: participação acionária, investimento direto, financiamento, etc. Os projetos financiados pelo BNDES no exterior visam ao incremento das exportações brasileiras e o desenvolvimento produtivo nacional de cada país vizinho com vistas a uma integração mais efetiva.

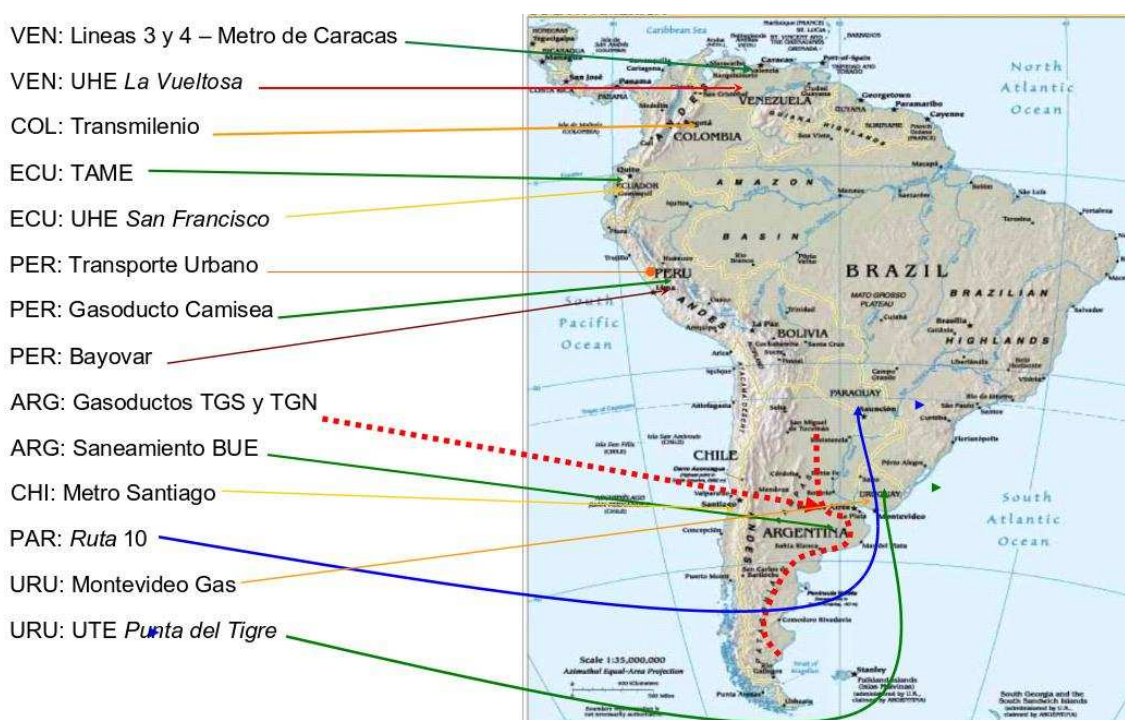


Figura 11 – Projetos na América do Sul beneficiados por exportações brasileiras financiadas pelo BNDES
Fonte: Site oficial do BNDES.

Não se abordará, neste trabalho, a questão das empresas brasileiras (e alguns casos mais emblemáticos) por falta de tempo e espaço. No entanto, a fim de complementar esta abordagem sobre a ação do BNDES, como financiador e propulsor das empresas nacionais para o exterior, o apêndice B, ao final do trabalho, consiste nos rankings da América Economia para as maiores empresas da América Latina, assim como as empresas que mais cresceram do último ano para cá. Assim, é possível ver o reflexo das ações analisadas aqui para a maturação do processo de internacionalização das empresas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do BNDES nos últimos anos coincidiu com a hipótese levantada. De fato, o BNDES tem tido papel importante para que o governo consiga, de um lado, avançar na política de integração regional e continental; de outro lado, reforçar a indústria nacional com vistas à exploração do mercado potencial sul-americano. A questão da diplomacia triangular, para a qual a pesquisa engrenou, foi chave para compreender o papel do Banco como um interlocutor entre o governo e as empresas nacionais, possibilitando a criação de uma diplomacia que se faz completa, e que consegue obter resultados positivos na área política, na área econômica, mas também na instrumentalização desse diálogo, uma vez que as empresas (que são os verdadeiros agentes do comércio) já estão inseridas nele.

Em seguida, com a breve análise da política comercial brasileira, foi possível ilustrar a evolução da economia brasileira e a transição do cenário neoliberal da década de 90 para outro mais administrável pelo governo, sem abrir mão da liberdade comercial. O governo brasileiro conteve suas contas e investiu, ao longo dos últimos dez anos, em políticas de longo prazo, muito distintas daquelas “apaga incêndio” da década anterior, e utilizaram-se largamente do BNDES e de outros órgãos governamentais para guiar a economia no sentido da inovação e da internacionalização, oferecendo melhores oportunidades aos empreendedores, assim como fortalecendo o mercado interno e as vias de acesso para o mercado externo. A ampliação do crédito é destaque nesta política, e só foi possível em razão da estabilidade macroeconômica que o governo conseguiu manter, mesmo no contexto da crise econômica de 2009. Apesar das diversas críticas, o governo, através de suas reservas e do BNDES, manteve a oferta de crédito e permitiu que a indústria brasileira não parasse, seguindo seu objetivo de manter o crescimento constante e sustentado.

Fora do país, o BNDES vem ganhando espaço e conquistando mercados. Através do financiamento maciço às empresas nacionais (privadas, mistas e estatais; micro, pequenas, médias e grandes), ele tem implementado projetos infraestruturais que viabilizam o desenvolvimento sul-americano através do incremento do comércio entre os países do continente, assim como a exportação destes para fora da América do Sul. Estes projetos são estratégicos e só poderiam se realizar através da interação e do entendimento entre governos (a criação da IIRSA, por exemplo), instituições de fomento (BNDES, CAF, BID)

e empresas do ramo com tecnologia e experiência, pois costumam demandar um longo prazo, e, portanto, fontes de financiamento confiáveis e dispostas a considerar seus riscos.

Em seu vínculo direto com a política externa, o Banco exerce o papel de viabilizador da política para a integração do continente sul-americano, seja nos estudos iniciais, seja na aprovação dos projetos. Seu principal aspecto foi a participação, desde os primórdios, da Iniciativa IIRSA. Ainda que muitos interesses privados e nacionais estejam diretamente ligados a este processo de integração, o BNDES pretende, mais além de ser um banco nacional de desenvolvimento, ser um banco de desenvolvimento para todo o continente, de forma a integrar as bases produtivas e melhorar os desenvolvimentos das economias nacionais, sendo um objetivo do Brasil desenvolver seus vizinhos.

Em suma, o BNDES cresceu de forma extraordinária nos últimos anos e tem definido seu espaço dentro do Brasil, como instituição de fomento à inovação, e lá fora, como agente integrador.

As críticas vem na esteira do desenvolvimento, e devem ser consideradas, não como um empecilho, mas como desafios para tornar este desenvolvimento cada vez mais sustentável. A América do Sul depende tanto de melhor infraestrutura de energia, comunicação e indústria, quanto de políticas conscientes e limites razoáveis à proteção dos recursos naturais (que formam a base da maior parte de nossas exportações).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões**. Revista do BNDES, v. 12, n. 24, 2005. p. 43-76.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; CARVALHO, Guilherme (orgs.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: Actionaid, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Planejamento no Brasil: memória histórica**. Parcerias estratégicas. Brasília, v. 18, n. 1, 2004. p. 157-190.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/politica-diplomacia-lula/politica-diplomacia-lula.shtml>>. Acesso em: 16 mai. 2010.

AMORIM, Celso. **Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula**. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, v. 1, n. 1., 2009.

AMORIM, Celso. **A integração Sul-Americana**. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n.10, 2009. p. 6-27.

AYKUT, Dilek; GOLDSTEIN, Andrea. **Multinacionais de países em desenvolvimento: o investimento sul-sul chega a maioria**. Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro, n. 95, 2008. p. 66-89.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2009.

BICECA. **Bank Information Center**. Disponível em: <www.biceca.com.br>. Acesso em: 09 jul 2009.

BNDES. **BNDES encerra 2009 com desembolso recorde de R\$137,3 bilhões**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2009/Financas/20091229_desemp_2009.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

BNDES. **Desestatização e Reestruturação, 1990-2002**. Relatório BNDES, Jul. 2002. Disponível em: <www.bndes.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 15 mai. 2010.

BNDES. **Programação do 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_bndes_caf.html>. Acesso em: 13 out. 2010.

BNDES. **Sinopse Internacional**. Rio de Janeiro, n. 14, Out. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/institucional/publicacoes/consulta_expressa/tipo/sinopse_internacional/>. Acesso em: 13 out. 2010.

BNDES. **Relatório Gerencial Trimestral: recursos das Leis 11.948/09 e 12.249/10**. Rio de Janeiro, 2º trimestre de 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Relatoria_Recursos_Financeiros_2_trimestre2010.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Estudo da dimensão territorial do planejamento**. MPOB, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=181&sec=10>>. Acesso em: 16 mai. 2010.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Estratégias de Negociações Internacionais: uma visão brasileira**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editoras, 2001.

BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea**. America Latina en movimiento. Quito, 2009. 9 p. Disponível em: <<http://alainet.org/active/31904&lang=es>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

CALDAS, Shelly. **O limite da irresponsabilidade**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 25 Jul. 2010. Disponível em: <http://www.estado.com.br/estadodehoje/20100725/not_imp585718,0.php>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CANÊDO-PINHEIRO, Maurício. **A política industrial brasileira dos governos Lula**. Breves CINDÉS, n. 39, ago. 2010. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=396&catid=4>. Acesso em: 10 Out. 2010.

CATERMOL, Fabrício. **Agências de Crédito à exportação: o papel das instituições oficiais no apoio à inserção internacional das empresas**. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, Dez. 2008. p. 5-38.

CEPAL. **Banco de Dados Estadísticos de Comercio Exterior**. Disponível em <<http://www.eclac.cl/badecel/default.asp>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)**. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CERVO, Amado Luiz. **A política exterior: de Cardoso a Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 46, n. 1, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz. **Política de Comércio Exterior e Desenvolvimento: a experiência brasileira**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 40, n. 2, 1997. p.5-26.

CINDES. **Índice de Investimentos Brasileiros na América do Sul e México**. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=16>. Acesso em: 10 out. 2010.

CINDES. **A política comercial brasileira: novas motivações e tendências**. Breves CINDES, n. 37, ago. 2010. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=109&catid=4>. Acesso em: 10 out. 2010.

CINDES. **A política industrial brasileira dos governos Lula**. Breves CINDES, n. 39, ago. 2010. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&task=view.download&catid=4&cid=396>. Acesso em: 10 out. 2010.

CLAES. Integración Sur. Disponível em: <<http://www.integracionsur.com>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

CLAES. Megaprojetos em America Latina. Disponível em: <www.megaproyectos.org>. Acesso em: 20 nov. 2010.

CLAES. União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Disponível em: <<http://www.uniondenacionessuramericanas.com/>>. Acesso em: 20. nov. 2010.

CNI. Os desafios da PDP. 28 jun. 2010. **Revista Indústria Brasileira** (online). Disponível em: <www.revistaindustriabrasileira.com.br/temas/view/206>. Acesso em: 20 set. 2010.

CORREA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. **O comportamento recente do investimento direto brasileiro no exterior em perspectiva**. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 28, n. 2, 2008. p. 249-268. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 mai. 2010.

Correio Brasiliense. **Mantega diz que empréstimo de R\$ 180 bi do Tesouro ao BNDES não tem custo expressivo**. 10 ago 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/08/10/internas_economia,207034/index.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2010.

COUTO, Leandro Freitas, **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul**. OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro, v.1, n.05. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/search/results>> Acesso em: 16 mai. 2010.

COUTO, Leandro Freitas. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. Brasília: UnB, 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://mundorama.net/2007/08/12/o-horizonte-regional-do-brasil-e-a-construcao-da-america-do-sul-1990-2005-dissertacao-de-mestrado-de-leandro-freitas-couto-apresentada-ao-programa-de-pos-graduacao-em-relacoes-internacionais-da-u/?blogs=confirming#subscribe-blog>>. Acesso em: 16 mai. 2010.

Desembolsos do BNDES em 2010 poderão superar os do ano passado. Portal Administradores, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/desembolsos-do-bndes-em-2010-poderao-superar-os-do-ano-passado/39038/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

DIRCEU, José. **O papel do BNDES**. Brasil Econômico, São Paulo, 29 set. 2010. Disponível em: <www.brasileconomico.com.br/noticias/o-papel-do-bndes_87840.html>. Acesso em: 09 nov. 2010.

DURÃO, Vera Saavedra. **A gente acaba se o BNDES não financiar grandes empresas, diz Conceição Tavares**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 set. 2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/brasil/97/308210/a-gente-acaba-se-bndes-nao-financiar-grandes-empresas-diz-conceicao-tavare>>. Acesso em: 20 set. 2010.

DURÃO, Vera Saavedra. **Secretário prevê incentivo a crédito de longo prazo**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 set 2010. Disponível em: <www.economia.estadao.com.br/noticias/not_16834.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

Falling in love again with the state. The Economist, 31 mai 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/15816646>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

FARIA, Alcides. **O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: Um primeiro rascunho para entender suas políticas e as críticas recentes.** Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/BNDES+++Um+primeiro+rascunho+para+entender+suas+políticas+e+as+críticas+recentes/16202>>. Acesso em: 24 set. 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho: Desenvolvimento Econômico e Perspectivas do MERCOSUL.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Nova Política Exterior do Brasil.** Nueva Sociedad (especial em português) 2009. Disponível em: <www.nuso.org/upload/portugues/2009/4Faria.pdf>. Acesso em: 13. jun. 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **As negociações comerciais do Brasil: arenas, agendas e interesses.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v.33, n.3. 2005. p.7-14. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/rie3303.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Integração Regional e Desenvolvimento no Cone Sul.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.2, 1999. p-129-158. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1953/>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **La Política Exterior de Brasil: ¿dónde queda el sur?.** Revista del Sur, Montevideo, n. 161, Jul/Set 2005. Disponível em: <<http://www.integracionsur.com/actividades/FariaDondeQuedaSur.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

FARIELLO, Danilo. **Engenharia fora do país puxará exportações de serviços este ano.** Portal IG Economia, 28 set. 2010. Disponível em: <www.economia.ig.com.br/engenharia+fora+do+pais+puxara+exportações+de+serviços+e+ste+ano/n1237777475479.html>. Acesso em: 29 set. 2010.

FÉLIX, Lucía. **Evolución y Composición de los Flujos de Inversión Extranjera en America del Sur bajo la optica de las principales empresas inversionistas.** Convênio PNUD/CEPAL/NAE. 2007. Disponível em: <www.nae.gov.br/doc/cepal_doc/evolucion_003.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2010.

GALLO, Ricardo. **BNDES começa a tirar o corpo fora: Mercado entra em campo!** 23 Jul. 2010. Disponível em: <www.colunistas.ig.com.br/ricardogallo/2010/07/23/BNDES-comeca-a-tirar-o-corpo-fora-mercado-entra-em-campo/>. Acesso em: 26 jul. 2010.

GRAZIANI, Guilherme. **Financiamento ao Comércio Exterior para Países do MERCOSUL**. Porto Alegre: ENCOMEX MERCOSUL, 2010. (Comunicação oral)

GUDYNAS, Eduardo. **Una introducción a las IFRs: instituciones financieras regionales em America Latina**. Programa de las Américas em 14 de jul. 2008. Disponível em: <<http://www.cipamericas.org/es/archives/1052>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

Iniciativa para a Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Site Oficial. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Site Oficial. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL). Site Oficial. Disponível em: <<http://www.iadb.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

KON, Anita. **O Novo Regionalismo e o Papel dos Serviços no Desenvolvimento: transformações das hierarquias econômicas regionais**. OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro, vol.8(2), 2009. p.279-300.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Resenha de “Identidade Internacional e Política Externa do Brasil”, de Celso Lafer**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 17, Nov. 2001. p. 147-150. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a10n17.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2010.

LAFER, Celso. **Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001-2002**. v. 2. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

LANDIM, Raquel. **O Brasil está levando o déficit em conta corrente na flauta**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,o-brasil-esta-levando-o-deficit-em-conta-corrente-na-flauta,29758,0.htm>> Acesso em: 08 ago. 2010.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. **Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 52, n. 1, Jun. 2009. p. 89-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul- Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48, n. 1, Jun. 2007. p. 24-59. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Mantega diz que empréstimo de R\$ 180 bi do Tesouro ao BNDES não tem custo expressivo. Correio Brasiliense, 10 ago 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/08/10/internas_economia,207034/index.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2010.

MARIANTE, Armando. **"Queremos ser un medio de integración"**. El Pais Digital, Montevideo. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/090511/pecono-416210/economia/-queremos-ser-un-medio-de-integracion>>. Acesso em: 04 out. 2010.

MARIN, Denise Chrispin. Artigo "Brasil amplia presença internacional para reforçar política externa Sul-Sul" (O Estado de S. Paulo, 06/12/09). Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/artigo-brasil-amplia-presenca-internacional-para-reforcar-politica-externa-sul-sul-o-estado-de-s.-paulo-06-12>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)**. Disponível em: <<http://www.mercosur.org.uy/show?contentid=10&channel=secretaria>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MOREIRA, Vicente Sérvulo *et al.* **PROEX e BNDES-Exim: construindo o futuro**. Brasília: IPEA, 2006.

NETTO, Julio Hegedus. **Papel do BNDES**. Instituto Millenium, 18 set. 2010. Disponível em: <www.imil.org.br/artigos/papel-do-bndes/>. Acesso em: 09 nov. 2010.

NUMAIR, Eliane. **Um portal para o Pacífico: o eixo interoceânico central e a inserção econômica brasileira**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

O câmbio e o déficit público. Gazeta do Povo, 28 out. 2010. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1062005&tit=O-cambio-e-o-deficit-publico>. Acesso em: 02 nov. 2010.

OLIVEIRA, Kelly. **Expansão do investimento brasileiro no exterior foi contida pela crise financeira**. Agência Brasil, 02 ago. 2010. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/noticia/expans%C3%A3o-do-investimento-brasileiro-no-exterior-foi-contida-pela-crise-financeira>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança hemisférica e política externa brasileira: temas, prioridades e mecanismos institucionais**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, Renée. **Empresários reclamam de acesso difícil ao BNDES**. Estado de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.estado.com.br/estadodehoje/20100801/not_imp588883,0.php>. Acesso em: 08 ago. 2010.

Ranking: multilatinas - As mais globais da América Latina. América Economia, 2009. Disponível em: <<http://rankings.americaeconomia.com/2010/500/>> Acesso em: 09 nov. 2010.

REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). **Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI**. Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações: Brasília, 2003.

SANTANA, C. H. V.; KASAHARA, Y. **Os limites da integração financeira e políticas de crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional?** Observador On-line, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 5, jun 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/archive/observador_v_1_n_5.pdf>. Acesso em: 02 out. 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.50, n.2, 2007. p. 42-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2010.

SENHORAS, Eloi Martins. **A internacionalização empresarial e a paradiplomacia corporativa nas relações econômicas internacionais**. Mundorama, Brasília, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/03/30/a-internacionalizacao-empresarial-e-a-paradiplomacia-corporativa-nas-relacoes-economicas-internacionais-por-eloi-martins-senhoras/>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

SENHORAS, Eloi Martins. **A internacionalização empresarial na América do Sul**. Mundorama, Brasília, 31 mai. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/05/31/a-internacionalizacao-empresarial-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SENNES, Ricardo; ZINNER, Tomas. **Serviços financeiros e internacionalização das empresas brasileiras: políticas públicas e estratégias privadas**. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. 361p.

SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil**. Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01 jan. 2003.

SOUZA, Angelita Matos. **O Expansionismo nos governos Lula e o BNDES**. Boletim Meridiano, 21 de jul. 2010. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2010/07/21/o-expansionismo-nos-governos-lula-e-o-bndes-por-angelita-matos-souza/>>. Acesso em: 08 de ago. 2010.

VAINER, Carlos, NUTI, Mírian (orgs). **A integração energética sul-americana: subsídios para uma agenda socioambiental**. Brasília: INESC, 2008.

VERDUM, Ricardo (org.) *et al.* **Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da inâmica regional sul-americana**. Brasília: INESC, 2008.

VERDUM, Ricardo. **Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana**. In: Integração, usinas hidrelétricas e impactos sócio-ambientais. Brasília: Copyright, INESC, 2007.

VERÍSSIMO, Renata; FERNANDES, Adriana. **Exim Brasil já nasce em plena operação, diz Coutinho**. Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.economia.estadao.com.br/noticias/not_16834.htm>. Acesso em: 05 mai. 2010.

VIGEVANI, Tullo, CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2007. p.273-335. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; WIESEBRON, Mariane (orgs). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **América do Sul, espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro**. In: SEMINÁRIO POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI. Brasília, 2002. p.183-211.

APÊNDICE A - Principais produtos do BNDES. Disponível em:

www.bndes.gov.br/sitebndes/bndes/bndes_pt/navegacao_suplementar/acesso_rapido/produtos.html

Os **Produtos** são os mecanismos mais básicos de crédito a longo prazo do BNDES. Eles definem as regras gerais de condições financeiras e procedimentos operacionais do financiamento.

A cada Produto, aplicam-se **Linhas de Financiamento**. Elas seguem as condições do respectivo Produto. Porém, como as Linhas se destinam a beneficiários, setores e empreendimentos específicos, elas podem trazer regras adicionais, mais adequadas aos seus objetivos.

A lista abaixo traz todos os Produtos do BNDES disponíveis para financiamentos e garantia. Clique no nome de cada produto para conhecer suas condições financeiras e as linhas de financiamento a ele associadas.

- **BNDES Finem**: financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões.
 - **BNDES Automático**: financiamento a projeto de investimento de valor até R\$ 10 milhões.
 - **BNDES Finame**: financiamentos para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos.
 - **BNDES Finame Agrícola**: financiamentos para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, destinados ao setor agropecuário.
 - **BNDES Finame Leasing**: financiamento de aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, destinados a operações de arrendamento mercantil.
 - **BNDES Exim**: financiamentos destinados tanto à produção e exportação de bens e serviços quanto à comercialização destes no exterior.
 - **BNDES Limite de Crédito**: crédito rotativo para o apoio a empresas ou Grupos Econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito.
 - **BNDES Empréstimo-Ponte**: financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo.
 - **BNDES Project finance**: engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.
 - **BNDES Fianças e Avais**: prestação de fianças e avais com o objetivo de diminuir o nível de participação nos projetos. Utilizado, preferencialmente, quando a combinação de formas alternativas de funding permitir a viabilização de operações de grande porte.
- Cartão BNDES**: crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e usado para a aquisição de bens e insumos.

APÊNDICE B - As maiores 500 empresas da América Latina: rankings do site América Economía. Disponível em: www.rankings.americaeconomia.com

Ránking América Latina - Lugares 1 al 50

Rk 09	Rk 08	Empresa	País	Sector / Rubro	Ventas 2009 US\$ millones
1	3	PETROBRAS	BRA	Petróleo/Gas	104.933,4
2	2	PEMEX	MÉX	Petróleo/Gas	85.319,0
3	1	PDVSA	VEN	Petróleo/Gas	60.663,8
4	4	PEMEX REFINACIÓN	MÉX	Petróleo/Gas	40.764,5
5	7	PETROBRAS DISTRIBUIDORA	BRA	Petróleo/Gas	31.635,5
6	6	AMÉRICA MÓVIL	MÉX	Telecomunicaciones	30.209,2
7	5	VALE	BRA	Minería	27.852,4
8	24	ULTRAPAR	BRA	Petróleo/Gas	20.741,9
9	12	WAL-MART DE MÉXICO	MÉX	Comercio	20.699,0
10	14	ODEBRECHT	BRA	Multisector	20.618,3
11	18	JBS FRIBOI	BRA	Agroindustria	19.705,8
12	15	ECOPETROL	COL	Petróleo/Gas	18.127,4
13	8	TECHINT	ARG	Siderurgia/Metalurgia	17.786,0
14	47	TELEMAR	BRA	Telecomunicaciones	17.161,4
15	10	COMISIÓN FEDERAL DE ELECTRICIDAD	MÉX	Energía Eléctrica	16.904,1
16	16	GRUPO VOTORANTIM	BRA	Multisector	16.423,6
17	19	ELETROBRÁS	BRA	Energía Eléctrica	15.892,2
18	11	GERDAU	BRA	Siderurgia/Metalurgia	15.242,4
19	13	CEMEX	MÉX	Cemento	15.138,7
20	22	FEMSA	MÉX	Bebidas/Licores	15.080,0
21	51	CBD - GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	BRA	Comercio	13.355,3
22	41	AMBEV	BRA	Bebidas/Licores	13.320,7
23	9	PEMEX GAS Y PETROQUÍMICA BÁSICA	MÉX	Petroquímica	13.211,4
24	35	CARREFOUR	BRA	Comercio	13.000,0
25	26	TELEFÔNICA BRASIL	BRA	Telecomunicaciones	12.690,7
26	28	VOLKSWAGEN	BRA	Automotriz/Autopartes	12.205,1
27	17	CODELCO	CHI	Minería	12.147,8
28	29	ENERSIS	CHI	Energía Eléctrica	11.997,9
29	49	FIAT AUTOMÓVEIS	BRA	Automotriz/Autopartes	11.824,8
30	37	BUNGE ALIMENTOS	BRA	Agroindustria	11.805,8
31	25	GENERAL MOTORS DE MÉXICO (1)	MÉX	Automotriz/Autopartes	11.485,8
32	34	PEQUIVEN (1)	VEN	Petroquímica	11.453,6
33	53	WAL-MART	BRA	Comercio	11.336,8

Rk 09	Rk 08	Empresa	País	Sector / Rubro	Ventas 2009 US\$ millones
34	32	TELCEL	MÉX	Telecomunicaciones	10.937,0
35	54	NORBERTO ODEBRECHT	BRA	Construcción	10.520,4
36	33	CENCOSUD	CHI	Comercio	10.518,2
37	30	NISSAN MEXICANA (1)	MÉX	Automotriz/Autopartes	10.150,1
38	20	EMPRESAS COPEC	CHI	Multisector	9.954,7
39	61	COCA-COLA	BRA	Bebidas/Licores	9.770,0
40	60	VIVO	BRA	Telecomunicaciones	9.397,6
41	82	BRF FOODS	BRA	Alimentos	9.135,0
42	56	CARGILL	BRA	Agroindustria	9.117,8
43	40	TELÉFONOS DE MÉXICO	MÉX	Telecomunicaciones	9.115,3
44	57	TELESP	BRA	Telecomunicaciones	9.071,8
45	58	GRUPO CAMARGO CORRÊA	BRA	Multisector	
46	31	YPF	ARG	Petróleo/Gas	
47	76	NESTLÉ	BRA	Alimentos	
48	66	GRUPO BIMBO	MÉX	Alimentos	8.905,1
49	39	CHRYSLER (1)	MÉX	Automotriz/Autopartes	8.864,6
50	44	GRUPO ALFA	MÉX	Multisector	8.849,9

Movimientos no Ranking: as recém-chegadas

SUB-RK 2009	EMPRESA	PAÍS	SECTOR / RUBRO	VENTAS 2009 US\$ Millones	RK 2009
1	UNILEVER	BRA	Multisector	6.350,6	72
2	ALESAT	BRA	Petróleo/Gas	3.955,8	116
3	FIBRIA	BRA	Celulosa/Papel	3.445,7	131
4	CONSTRUTORA ANDRADE GURIERREZ	BRA	Construcción	3.337,1	135
5	CNH	BRA	Automotriz/Autopartes	2.183,9	215
6	PANPHARMA	BRA	Comercio	1.991,4	238
7	SPAL	BRA	Bebidas/Licores	1.723,8	278
8	SEARA	BRA	Agroindustria	1.593,0	294
9	IFH PERÚ - GRUPO INTERBANK	PER	Multisector	1.484,2	318
10	SHELL CHILE	CHI	Petróleo/Gas	1.460,8	327
11	HOLDING ALIMENTARIO DEL PERÚ	PER	Alimentos	1.373,1	352
12	PETROBRAS	CHI	Petróleo/Gas	1.350,0	359
13	ARCELOR MITTAL INOX	BRA	Siderurgia/Metalurgia	1.329,2	364
14	CEEE PARTICIPAÇÕES	BRA	Energía Eléctrica	1.303,9	368
15	PETRÓLEO SABBÁ	BRA	Petróleo/Gas	1.248,9	378
16	MEDIAL SAÚDE	BRA	Servicios de Salud	1.206,8	395
17	ISAGEN	COL	Energía Eléctrica	1.177,4	400
18	ASARCO	MÉX	Minería	1.164,9	403
19	HYPERMARCAS	BRA	Química/Farmacia	1.163,1	404
20	ALPARGATAS	BRA	Textil/Calzado	1.151,6	410
21	GALVÃO ENGENHARIA	BRA	Construcción	1.140,7	414
22	PDG REALTY	BRA	Construcción	1.139,3	415
23	ASSAI	BRA	Comercio	1.139,0	416
24	DELTA CONSTRUÇÕES	BRA	Construcción	1.129,4	421
25	MAGNESITA SA	BRA	Minería	1.106,5	429
26	PAMPA ENERGÍA	ARG	Alimentos	1.068,9	440
27	RIO GDE ENER	BRA	Energía Eléctrica	1.057,3	444
28	Empresa DE TELECOM. DE BOGOTÁ	COL	Telecomunicaciones	1.044,2	446
29	BROOKFIELD	BRA	Construcción	1.040,7	447
30	PROCTER & GAMBLE	BRA	Química/Farmacia	1.028,0	451
31	ENERGISA	BRA	Energía Eléctrica	1.008,4	454
32	NOVARTIS	BRA	Química/Farmacia	1.007,7	456
33	CPFL BRASIL	BRA	Energía Eléctrica	991,1	460
34	DROGASIL	BRA	Comercio	988,1	462
35	IRMAOS MUFFATO	BRA	Comercio	984,1	464

SUB-RK 2009	EMPRESA	PAÍS	SECTOR / RUBRO	VENTAS 2009 US\$ Millones	RK 2009
	& CIA.				
36	EDELNOR	CHI	Energía Eléctrica	978,5	466
37	GVT HOLDING	BRA	Telecomunicaciones	975,8	467
38	AES TIETE	BRA	Energía Eléctrica	959,0	470
39	SEMP TOSHIBA	BRA	Electrónica	957,0	471
40	CTEEP	BRA	Energía Eléctrica	952,0	474
41	EMGESA	COL	Energía Eléctrica	950,8	476
42	MRV	BRA	Construcción	946,2	477
43	CIA. EST. DE DIS. DE ENERGIA ELÉTRICA	BRA	Energía Eléctrica	929,9	481
44	INFRA. Y TRANSPORTES MÉXICO	MÉX	Minería	920,1	484
45	VULCABRAS	BRA	Textil/Calzado	917,2	488
46	TERPEL	CHI	Petróleo/Gas	914,2	491
47	AMAZONAS ENERGIA	BRA	Energía Eléctrica	913,7	493
48	POSTOBON	COL	Bebidas/Licores	909,5	495
49	ROCHE	BRA	Química/Farmacia	905,2	496
50	ELETRONUCLEAR	BRA	Energía Eléctrica	904,0	498
51	ROSSI RESID	BRA	Construcción	903,0	499
52	EPS COOMEVA	COL	Servicios de Salud	901,6	500